

Meio século de investigação sociológica em Portugal – uma interpretação empiricamente ilustrada

Fernando Luís Machado*

Resumo

Os quase cinquenta anos de investigação sociológica em Portugal, iniciados em 1962 com a criação, por Adérito Sedas Nunes, do Gabinete de Investigações Sociais, hoje Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, são aqui tomados como um objecto sociológico como outro qualquer, fazendo-se deles uma interpretação empiricamente ilustrada. O texto divide-se em três partes. A primeira, sem repetir as reconstituições do percurso histórico da disciplina que outros já fizeram, acrescenta nova informação e sublinha aspectos fundamentais da institucionalização avançada da sociologia em Portugal. Na segunda, identificam-se pormenorizadamente os domínios de investigação que têm sido explorados pelos sociólogos portugueses, apontam-se vazios e declínios e analisam-se as questões fronteiriças que, em alguns desses domínios, se colocam na relação com outras ciências sociais. Na terceira, caracterizam-se e comparam-se os dois geradores de investigação sociológica dominantes: o gerador sócio-cultural e o gerador político-social. Faz-se também o inventário de algumas controvérsias sobre o percurso, a situação e as capacidades da sociologia portuguesa.

Introdução

A sociologia portuguesa atingiu uma fase de institucionalização avançada¹. Quer contemos os quase cinquenta anos passados sobre a constituição do Gabinete de Investigações Sociais (hoje Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), em 1962, quer contemos os mais de trinta de existência da primeira

* Departamento de Sociologia e CIES-ISCTE

¹ Agradeço vivamente a António Firmino da Costa, Elísio Estanque, João Teixeira Lopes, José Manuel Resende e Pedro Moura Ferreira, a leitura atenta e os comentários que fizeram a este texto, bem como as informações e sugestões que me permitiram melhorá-lo. Outras informações, pontuais, foram-me fornecidas por Luís de Sousa e João Freire, a quem também agradeço. A responsabilidade pelo conteúdo do texto é, no entanto, quero sublinhá-lo, totalmente minha.

licenciatura, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em 1974, é de uma instituição consolidada e madura que falamos.

Não deixa de ser uma instituição jovem. Os seus “pais fundadores” estão quase todos vivos e activos e convivem científica e profissionalmente com as gerações mais novas, numerosas, crescentemente qualificadas a níveis pós-graduados, que se distribuem por unidades de investigação, departamentos da administração central, autarquias, instituições privadas de solidariedade social, organizações não-governamentais, empresas.

Para além da ampla consagração universitária, com uma oferta nacional diversificada de ensino graduado e pós-graduado, o melhor indicador de maturidade é o da institucionalização das suas procuras institucionais. Numa certa fase, até meados dos anos 90 do século passado, o aumento da procura do conhecimento sociológico por parte de instituições públicas e privadas contribuiu decisivamente para a afirmação da disciplina e da profissão. Mas depois disso uma evolução ainda mais importante ocorreu. As procuras institucionais tornaram-se permanentes, previsíveis, passaram a ser um dado de facto, em suma, institucionalizaram-se.

A figura por excelência da institucionalização das procuras institucionais é a dos observatórios da vida social que se têm constituído nos mais diversos domínios temáticos e nos quais estão directamente envolvidas as principais unidades de investigação, mesmo aquelas que se dizem mais críticas das aplicações “reguladoras” da sociologia.

Como é próprio de um estágio de maturidade, tem crescido o trabalho reflexivo da sociologia portuguesa sobre si própria, à semelhança do que aconteceu e acontece nos países onde a disciplina se institucionalizou há mais tempo. Na bibliografia internacional encontram-se, de facto, muitos trabalhos, de datas mais recentes ou mais antigas, que tomam a sociologia por objecto, que a comentam ou analisam, a vários níveis e de várias formas, enquanto prática científica social e historicamente situada, aproximando-se, uns mais outros menos, de uma sociologia da sociologia, enquanto modalidade específica da sociologia da ciência.

Posso mencionar os livros, em registo mais panfletário e “anti-sistema” (leia-se anti-funcionalismo), de Mills (1959) ou Gouldner (1970), que de resto os tornaram famosos; ou trabalhos de teor mais analítico, como os de Herpin (1982), Gans (1990), Turner e Turner (1990) ou Berthelot (1991)². Noutra perspectiva, mais no domínio da história da sociologia, igualmente importante para uma autoanálise sociológica, encontramos trabalhos mais antigos, como os de Oberschall (1972) e Hawthorn (1976), e mais recentes, como os de Cuin e Gresle

² Bem mais antigo, de 1959, é o volume XXVI dos *Cahiers Internationaux de Sociologie*, ainda dirigidos por Georges Gurvitch, integralmente dedicados ao tema dos “quadros sociais da sociologia”. Escrevem nesse número, entre outros, o próprio Gurvitch, Raymond Aron, Henri Lefebvre, Roger Bastide, Henri Janne, Jean Cazeneuve e Jean Duvignaud.

(1995) ou de Dortier (2005), que reconstituem essa história separadamente ou em conjunto com as restantes ciências sociais. E, claro, são incontornáveis, neste contexto, os trabalhos empíricos de Pierre Bourdieu sobre o campo científico e o campo universitário, incluindo a sociologia, e até sobre o seu próprio percurso como académico e sociólogo (Bourdieu, 1984, 1989, 2001, 2004)³.

A propensão introspectiva da sociologia portuguesa esteve presente desde cedo. Leiam-se, por exemplo, os discursos de abertura dos primeiros congressos, bem como os dos que se seguiram, ou o texto muito especial publicado por Sedas Nunes, em 1988, no centésimo número da *Análise Social*, e encontrar-se-ão boas pistas para uma sociologia da sociologia e uma sociologia histórica da sociologia⁴.

Mas esse trabalho reflexivo tornou-se, entretanto, mais frequente e mais diversificado, e também mais “espontâneo”, uma vez que se manifesta para além da solenidade dos momentos institucionais ou pessoais de balanço. Nos últimos anos têm sido publicados textos em que sociólogos com posições destacadas no campo comentam o desenvolvimento e estado actual da sociologia portuguesa ou apresentam sobre ela novos elementos sociográficos (Mendes, 2002; Gonçalves, Rodrigues e Azevedo, 2004; Pinto, 2004 e 2007; Dias, 2006; Lopes, 2006; Silva, 2006; Fortuna, 2008). Outros textos, mais antigos, já tinham contribuído para essa reflexão colectiva com elementos históricos e sociográficos substanciais, bem como alguns elementos analíticos (Cruz, 1983; Costa, 1988; Almeida, 1992; Resende e Vieira, 1993; Cabral, 1993; Pinto, 1994; Casanova, 1996; Fernandes, 1996; Hespanha, 1996; Lobo, 1996; Machado, 1996). Paralelamente, começam a surgir estudos aprofundados sobre aspectos da história da sociologia em Portugal (Gomes, 2005; Ferreira, 2006) e até, caso único, uma autobiografia (Freire, 2007).

Os elementos de leitura avançados nesses textos são abundantes, mas dispersos. Uma vez são bem concretos e específicos, outras vezes são cuidadosamente genéricos ou meramente alusivos. Em todo o caso, não formam corpos coerentes e integrados de reflexão e conhecimento. Mas constituem um bom ponto de partida nesse caminho. Digamos que fornecem pistas promissoras de análise sociológica, à procura de se transformarem em hipóteses explícitas de pesquisa e, sobretudo, a pedirem que se ponha as mãos na empiria. Numa palavra, a pedirem que se faça da sociologia portuguesa um observável empírico sociológico como outro qualquer.

³ O texto teórico fundador da sociologia da ciência de Pierre Bourdieu é “Le champ scientifique”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2/3, 1975.

⁴ Para além de ser o centésimo, algo que nenhuma outra revista atingiu por enquanto, este número da *Análise Social* é emblemático por outra razão, algo irónica: nele se publica quer o texto de despedida algo amargurada de Sedas Nunes, quer o esperançoso discurso de João Ferreira de Almeida, primeiro presidente da Associação Portuguesa de Sociologia, na abertura do 1º Congresso Português de Sociologia, em 1988.

Este texto visa contribuir para essa tarefa de forma substantiva. Divide-se em três partes. A primeira, sem repetir as reconstituições do percurso histórico da disciplina que outros já fizeram, e muito bem (Cruz, 1983; Fernandes, 1996; Pinto, 2004), acrescenta nova informação e sublinha aspectos fundamentais da institucionalização avançada da sociologia em Portugal, nos planos do ensino, investigação, publicação, associativismo e internacionalização. Na segunda identificam-se os domínios de investigação que têm sido explorados pelos sociólogos portugueses, desde os anos iniciais do GIS até a actualidade, apontam-se vazios e declínios e analisam-se as questões fronteiriças que, em alguns desses domínios, se colocam na relação com outras ciências sociais.

Na terceira parte apresenta-se uma interpretação geral sobre as quase cinco décadas de investigação sociológica em Portugal, nomeadamente, a caracterização e análise comparativa do que, à falta de melhor designação, decidi chamar geradores de investigação sociológica, que consistem em combinações distintas e institucionalizadas de estilos, temas e protagonistas, colectivos e individuais, de trabalho sociológico. Faz-se também o inventário e o comentário de algumas controvérsias sobre o percurso, a situação e as capacidades da sociologia portuguesa.

A institucionalização avançada da sociologia portuguesa

A entrada no ensino universitário em espaço próprio é o factor decisivo de institucionalização da sociologia, como da generalidade das ciências. Foi assim em todos os países onde ela se desenvolveu como disciplina autónoma, nomeadamente em França, Alemanha, EUA, Reino Unido e Itália (Cuin e Gresle, 1995; AA. VV., 1996).

Dir-se-ia que em Portugal também foi assim, que só a partir da criação das primeiras licenciaturas, no final dos anos 70 do século XX, a sociologia encontrou as condições para a sua afirmação. Mas esta é só meia verdade. A outra metade da verdade é o par formado pelo Gabinete de Investigações Sociais (GIS) e pela revista *Análise Social*, criados habilmente mais de dez anos antes, nos interstícios institucionais de um regime que proibia a sociologia. Apesar de todas as condicionantes e limitações que lhes eram impostas, a primeira unidade de investigação e a primeira revista científica que albergaram e deram espaço crescente à sociologia, representaram uma primeira fase de institucionalização, suficientemente sólida para que a sua influência se tenha prolongado até hoje⁵.

Num certo sentido, foi uma institucionalização antes da institucionalização. Por isso, não deixa de ser “íngrato” que só vinte anos depois da sua criação, e quase dez anos depois da entrada em funcionamento da primeira licenciatura em

⁵ Para a descrição por dentro do processo árduo de constituição do GIS ver Nunes (1988).

Sociologia, no ISCTE, o GIS tenha finalmente visto consagrada e estabilizada a sua existência, em 1982, ao passar a Instituto de Ciências Sociais, integrado na Universidade de Lisboa (ICS-UL). Quando Sedas Nunes diz que “o ISCTE, na parte das ciências sociais, e o ICS são dois ramos da mesma árvore, de uma árvore cuja semente foi lançada ao chão quando, em fins de Janeiro de 1963, saiu o nº 1 da *Análise Social*” (Nunes, 1988: 46), está a reconhecer isso mesmo, que sem o pilar do ensino universitário não haveria institucionalização.

Depois da licenciatura do ISCTE, em 1974, num instituto universitário público cuja área dominante é Gestão, foram-se seguindo várias outras, nas universidades públicas, enquadradas em unidades orgânicas com perfis disciplinares muito variados (Quadro 1).

Em 1979, a da Universidade Nova de Lisboa, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e a da Universidade de Évora, em departamento autónomo; em 1985, a da Universidade do Porto, na Faculdade de Letras; em 1986, a da Universidade da Beira Interior, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; em 1988, a da Universidade de Coimbra, na Faculdade de Economia e a da Universidade Técnica de Lisboa, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; em 1989, a da Universidade do Minho, no Instituto de Ciências Sociais; em 1996, a da Universidade dos Açores, no Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais; em 1999, a da Universidade do Algarve, na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, em departamento conjunto com as ciências da educação. Seria interessante investigar, mas não será o caso aqui, se e como estes encaixes disciplinares e institucionais tão diversos das licenciaturas em sociologia se repercutem nos respectivos conteúdos curriculares, na formação dos estudantes que por elas passam e nas orientações de investigação dos seus docentes.

A história do aparecimento da sociologia enquanto curso próprio na Universidade de Coimbra é singular. Tendo, em 1978, sido criados o Centro de Estudos Sociais (CES-UC) e a *Revista Crítica de Ciências Sociais*, dirigidos desde sempre por Boaventura de Sousa Santos, só dez anos mais tarde surge a “correspondente” licenciatura, quando outras já funcionavam em universidades em que a investigação sociológica tinha expressão muito menor. Nessa medida, por ter começado pela investigação e não pelo ensino, há algum paralelismo histórico entre o CES-UC e o ICS-UL.

Génese particular teve também outro núcleo de investigação sociológica influente, radicado no Porto, e constituído na Faculdade de Economia da Universidade do Porto por José Madureira Pinto. Este fundador da sociologia, que começou actividade docente no grupo de ciências sociais daquela faculdade em 1974, depois de ter iniciado o ofício de investigador no GIS, em 1971, e de ter ensinado no ISCTE e no então Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, hoje Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), viria a criar, em 1984, os *Cadernos de Ciências Sociais*, uma das primeiras revistas da

especialidade, de que permanece director. Só mais tarde, como vimos, apareceria uma licenciatura em sociologia na Universidade do Porto, mas na Faculdade de Letras, criada por António Teixeira Fernandes.

Outro caso singular, até mesmo algo intrigante, é o do núcleo formado na Universidade de Évora em torno da licenciatura em sociologia, iniciada em 1979, e da revista *Economia e Sociologia*, fundada ainda antes da Revolução de Abril, mais exactamente em 1968, e dirigida desde então por Augusto da Silva⁶. Esta e a *Análise Social* são as únicas revistas da área que arrancaram nos anos 60 do século passado e continuam a ser publicadas.

Duas coisas causam perplexidade. Uma é o próprio surgimento, antes de 1974, de uma revista ostentando a palavra sociologia no título, quando o espaço institucional para a disciplina era, como se sabe, reduzidíssimo. Outra é que a notável antiguidade da revista não se traduz em visibilidade no campo. Nela pouco publicam autores ligados às principais unidades de investigação, nem sequer os que pertencem a unidades menos destacadas. Do seu Conselho Editorial também não faz parte nenhum sociólogo das principais instituições de ensino e investigação. Por outro lado, os autores que nela publicam raramente aparecem citados na bibliografia sociológica e pouco aparecem em encontros científicos, incluindo os congressos nacionais de sociologia, reuniões magnas que sempre congregam investigadores de todas as instituições e regiões.

Ter nascido num contexto periférico, em termos institucionais e territoriais, sob a “protecção” da Companhia de Jesus, terá permitido à *Economia e Sociologia* a “ousadia” do nome e a revista foi fazendo o seu caminho até hoje. Mas terá sido essa mesma condição periférica a ditar que, ao fim de 40 anos de existência ininterrupta, e enquanto outras revistas foram aparecendo a ganhando um lugar, ela permaneça quase invisível no campo sociológico.

Quanto à licenciatura em sociologia de Évora, há uma polémica histórica que tem passado despercebida e que vale a pena deixar assinalada. Num texto de balanço sobre o ensino da sociologia naquela cidade, Augusto da Silva reivindica para o Instituto Superior Económico e Social de Évora (ISESE), ali fundado por jesuítas em 1964, a criação, nesse mesmo ano, da primeira licenciatura do país, contestando directamente o pioneirismo geralmente atribuído ao ISCTE (Silva, 1996). O ISESE viria a deixar as actividades de ensino em 1974, mantendo apenas a edição e publicação da *Economia e Sociologia*, e a sociologia “reapareceria” em 1979 já no quadro da Universidade de Évora⁷.

⁶ A revista veio substituir a publicação *Estudos Eboresenses*, iniciada em 1965, com a direcção de Lúcio Craveiro da Silva, João Cabral e J. Vaz de Carvalho, jesuítas e professores do então Instituto Superior Económico e Social de Évora. Augusto da Silva, o director da revista, é também jesuíta.

⁷ No texto em que defende a tese do pioneirismo eborense, Augusto da Silva é, contudo, ambíguo quanto à designação do curso criado em 1964 pelo ISESE. Fica sem se perceber se o nome era de facto “sociologia” ou se era “ciências sociais”. As referências que faz ao plano de

Adérito Sedas Nunes referiu-se ao aumento do número de licenciaturas em sociologia em tom muito crítico. Fala de uma “insensata correria” cujo resultado resume na frase “é muita a sociologia, são muito poucos os sociólogos”. E acrescenta: “não foi esta a sociologia que a Análise Social e o GIS pugnaram por introduzir em Portugal”. A estratégia deveria ter sido, diz, a de concentrar os escassos recursos existentes na época em cursos de pós-graduação (Nunes, op. cit: 47).

Compreende-se o bom fundamento da argumentação. Ela foi, aliás, secundada por João Ferreira de Almeida, que, no discurso de abertura do 1º Congresso Português de Sociologia, sem o tom catastrofista de Sedas Nunes, também se referiu à necessidade de investir no ensino pós-graduado (Almeida, 1988: 468). Mas quando Sedas Nunes diz que se dependesse dele “não haveria sociologia em mais de duas ou três [universidades]” (op. cit: 47), e pressupondo que uma delas seria o ISCTE e outra a Universidade Nova, onde Sedas Nunes também foi professor, chega-se a uma conclusão insólita. A haver uma terceira licenciatura, ter-se-ia de escolher, por exemplo, entre as da Universidade de Coimbra, Universidade do Porto ou Universidade do Minho, todas elas com provas dadas no ensino e na investigação⁸.

Um desenvolvimento particularmente decisivo para a consolidação de um campo sociológico, autónomo dentro do campo mais amplo das ciências sociais em geral, foi, em 1974, o arranque do que veio a ser o maior departamento de sociologia do país, o do ISCTE, a que se veio juntar o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE), em 1985, e a revista *Sociologia, Problemas e Práticas*, em 1986⁹.

estudos do curso, em que diz ter havido muitas cadeiras de outras ciências sociais e humanidades, nomeadamente da área do direito, leva-nos a pensar que se tratava substantivamente de um curso de ciências sociais.

⁸ Neste contexto, é uma ironia histórica que o prestigiado prémio Sedas Nunes, instituído pelo ICS com uma periodicidade quinquenal, tenha sido atribuído pela primeira vez, em 1997, a um sociólogo da Universidade do Minho, Manuel Carlos Silva.

⁹ Com perto de 60 membros, o Departamento de Sociologia do ISCTE é um dos maiores do mundo.

Quadro 1 – Cronologia do desenvolvimento institucional da sociologia em Portugal (1962-2008)

	Ensino	Investigação	Publicação	Associação
1962-1973		Gabinete de Investigações Sociais, 1962 Doutoramento de Boaventura de Sousa Santos, Yale, 1973	Análise Social, 1963 Economia e Sociologia, 1968	
1974-1985	Licenciatura ISCTE, 1974 Licenciatura Univ. Nova, 1979 Licenciatura Univ. Évora, 1979 Licenciatura Univ. Porto, 1985 Primeiro mestrado, Univ. Nova, 1984	Centro de Estudos Sociais, Univ. Coimbra, 1978 Instituto de Ciências Sociais, Univ. Lisboa, 1982 (ex-GIS) Primeiras teses de doutoramento em Portugal: José Madureira Pinto, 1983; João Ferreira de Almeida, 1984 Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE, 1985 Núcleo de Ecologia Social, LNEC, 1985	Edições Afrontamento (Biblioteca de Ciências Sociais), 1977 Revista Crítica de Ciências Sociais, 1978 Cadernos de Ciências Sociais, 1984 Revista de Comunicação e Linguagens, 1985	Associação Portuguesa de Sociologia (APS), 1985 Associação Portuguesa dos Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (APPSIOT), 1985 Associação Profissional dos Sociólogos Portugueses (APSP), 1986 (extinta alguns anos depois)
1986-1995	Licenciatura U. Beira Interior, 1986 Licenciatura U. Coimbra, 1988 Licenciatura, ISCSP, 1988 Licenciatura U. Minho, 1989 2ª Licenciatura ISCTE, 1994 (Sociologia e Planeamento)	Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada (SociNova), Univ. Nova, 1987 Observatório Permanente da Juventude, ICS, 1989 Centro de Estudos Sociais, Univ. dos Açores, 1990 Instituto de Sociologia, Univ. Porto, 1991 Centro de Estudos Territoriais, ISCTE, 1991 Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIOUS), ISEG, 1991 Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS), 1992 Centro de Estudos Sociais, Univ. Beira Interior, 1994	Sociologia, Problemas e Práticas, 1986 Organizações e Trabalho, 1989 Sociologia, 1991 Celta Editora, 1992 Fórum Sociológico, 1992 Educação, Sociedade e Cultura, 1994	1º Presidente da APS: João Ferreira de Almeida, CIES-ISCTE (1986-1990) 1º Congresso Português de Sociologia, 1988, Lisboa 2º Congresso Português de Sociologia, 1992, Lisboa 2º Presidente da APS: José Madureira Pinto, IS-FLUP (1990-1994)
1996-2005	Licenciatura, Univ. Açores, 1996 Licenciatura, Univ. Algarve, 1999 Licenciaturas de universidades privadas (Autónoma, Lusófona, Católica) Programa de Doutoramento, ICS, 2000 Programa de Doutoramento, ISCTE, 2003 Programa de Doutoramento, Univ. Coimbra, 2004	CEOS – Investigações Sociológicas, Univ. Nova, 1996 Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, CES, 1996 Observatório das Actividades Culturais, ICS, 1996 Observatório do Endividamento dos Consumidores, CES, 2001 Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva”, Univ. Évora, 2002 Núcleo de Estudos em Sociologia, Univ. Minho, 2002 ICS, Univ. Lisboa, Laboratório Associado, 2002 CES, Univ. Coimbra, Laboratório Associado, 2002 Observatório dos Poderes Locais, CES, 2002 Observatório Permanente das Escolas, ICS, 2003	Imprensa de Ciências Sociais, 1998 Cidades, 2000 Trajectos, 2002 Portuguese Journal of Social Science, 2002 Configurações, 2005	3º Presidente da APS: Ana Nunes de Almeida, ICS-UL (1994-1998) 3º Congresso Português de Sociologia, 1996, Lisboa 4º Presidente da APS: Carlos Fortuna, CES-UC (1998-2002) 4º Congresso Português de Sociologia, 2000, Coimbra 5º Presidente da APS: Anália Torres, CIES-ISCTE (2002-2006) 5º Congresso Português de Sociologia, 2004, Braga
2006-2008	Licenciatura, Instituto Piaget, 2007	Centro de Investigação em Ciências Sociais (ex-NES), Univ. Minho, 2007 Centro de Estudos de Sociologia da Univ. Nova de Lisboa (CESnova), 2007 (integrou o SociNova e o CEOS) Observatório das Desigualdades, CIES, 2008 Observatório da Emigração, CIES, 2008 Observatório das Práticas de Participação, CES, 2008		6º Presidente da APS: Luis Baptista, CESNova (2006-) 6º Congresso Português de Sociologia, 2008, Lisboa

Quer o ICS da Universidade de Lisboa, quer o CES da Universidade de Coimbra, criados primeiro e ambos ocupando, tal como o ISCTE, posições dominantes na sociologia portuguesa, nasceram como projectos de ciências sociais e continuam a sê-lo. Se a sociologia tem em qualquer deles um lugar proeminente, quiçá liderante, até por ser essa a área científica de que se reivindicaram e reivindicam os seus fundadores, os sociólogos dessas unidades coexistem e concorrem com grupos destacados de historiadores, antropólogos, cientistas políticos, economistas, entre outros. No ICS-UL e no CES-UC, a génese da sociologia é indissociável de um contexto pluridisciplinar de várias ciências sociais. Veja-se as respectivas revistas científicas, nenhuma delas chamando a palavra sociologia a título.

O trio departamento – centro de investigação – revista, nascido no ISCTE, por sinal todos com sociologia no nome, e, em segunda linha, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde cedo apareceu um departamento de sociologia, mas que teve a desvantagem de ter mantido a investigação fragmentada em pequenas unidades de pesquisa (SociNova, CEOS, Fórum Sociológico) até ao acto unitário recente de constituição do CESNova, representaram o passo definitivo para a implantação da sociologia em Portugal. Foram como que a institucionalização depois da institucionalização.

Foi também este o modelo seguido alguns anos mais tarde na Universidade do Porto, onde à licenciatura em sociologia, de 1985, se vieram juntar, em 1991, a revista *Sociologia* e o Instituto de Sociologia (IS-FLUP), que entretanto incorporou como investigadores os sociólogos ligados pelo ensino à Faculdade de Economia da mesma universidade. Outros núcleos de sociólogos, noutras universidades, seguiram o modelo alternativo, na linha do ICS-UL e do CES-UC, e integraram-se em unidades pluridisciplinares. É o caso do Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores (CES-UA), do Centro de Estudos Sociais da Universidade da Beira Interior (CES-UBI) e do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (CICS-UM).

Entre o primeiro artigo publicado na *Análise Social*, em 1963, assinado por Sedas Nunes e intitulado “Introdução ao estudo das ideologias” e o mais recente observatório da vida social, designado Observatório das Desigualdades, criado no CIES-ISCTE, em 2008, em parceria com o IS-FLUP e o CES-UA, vários outros desenvolvimentos contribuíram para a institucionalização avançada da sociologia portuguesa.

O ciclo da criação de licenciaturas completou-se nas universidades públicas já no final dos anos 90, com os Açores e o Algarve, e apareceram entretanto licenciaturas em sociologia em universidades privadas, como a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Unidade Autónoma de Lisboa, Universidade Católica e o Instituto Piaget, este já em 2007.

O ensino pós-graduado, tão desejado por Sedas Nunes, acabou por se generalizar. Ainda nos anos 80, mas sobretudo nos anos 90, pós-graduações e

Quadro 2 – Evolução do número absoluto e relativo dos doutorados em sociologia (1970-2007)

	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2007	Total
Número de doutoramentos em sociologia, por década	6	49	144	323	522
Peso relativo dos doutoramentos em sociologia no total dos doutoramentos realizados	0,8%	2,4%	2,8%	3,7%	3,1%
Posição relativa da sociologia e primeira área científica, no fim de cada década (nº acumulado de doutorados)	23ª (32) Química	19ª (35) Física	18ª (39) Ciências Biológicas	16ª (41) Ciências Biológicas	--

Fonte. Fundação para a Ciência e Tecnologia

mestrados começaram a ser oferecidos por faculdades, departamentos e institutos de todo o país, com destaque, pelo pioneirismo, número, e continuidade, para os do Departamento de Sociologia do ISCTE. A posição central ocupada pelo ISCTE no campo sociológico ficou bem demonstrada pelo facto de a edição de arranque do seu mestrado em sociologia ter contado na equipa docente com Boaventura de Sousa Santos, José Madureira Pinto, João Ferreira de Almeida e Manuel Villaverde Cabral, entre outros¹⁰. Estabelecimentos universitários sem licenciatura em sociologia abriram também mestrados na área (o ISEG, por exemplo) e o ICS-UL, que até aí fora uma instituição exclusivamente dedicada à investigação, criou os seus próprios cursos de 2º ciclo.

Além disso, aparecem já nos anos 2000 Programas de Doutoramento, que enquadram em novos moldes a preparação e obtenção do grau académico de doutor. O primeiro, um programa de doutoramento em Ciências Sociais com um ramo de Sociologia, foi criado no ICS-UL, em 2002, seguindo-se o do Departamento de Sociologia do ISCTE, em 2003, em parceria com o CIES-ISCTE, e o da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 2004, em parceria com o CES-UC, todos em funcionamento ininterrupto até hoje. Em 2008, abriu o programa de doutoramento do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em parceria com o IS-FLUP.

Acompanhando o movimento das restantes áreas científicas, o número de doutorados em sociologia, que os programas de doutoramento farão multiplicar, tem crescido sustentadamente nas últimas décadas (Quadro 2). Eram apenas 6 em 1979 e passaram para 522 em 2007¹¹. O primeiro defendido em Portugal foi, em

¹⁰ Cf. Freire (2007: 568-569).

¹¹ Alguns dos sociólogos da primeira geração fizeram a tese de doutoramento no estrangeiro nos anos 70 ou início dos anos 80 e obtiveram posteriormente equivalência a esse grau em Portugal. Entre eles contam-se Boaventura de Sousa Santos, doutorado nos EUA, com equivalência em 1974,

1983, o de José Madureira Pinto no ISCTE¹². A sociologia continua, no entanto, a ter apenas uma pequena minoria do total dos doutorados do país, tendo passado de 0,8% para 3,7% entre aquelas duas datas. O total de doutorados era de 769 em 1979 e de 16 871, em 2007.

No plano da investigação institucionalmente organizada, vários centros foram fundados entre finais dos anos 80 e finais dos anos 90, alargando e diversificando o campo da sociologia, mas não desalojando das posições centrais o ICS-UL, e CES-UC e o CIES-ISCTE.

Os novos centros são de dois tipos. Alguns têm vocação sociológica geral, como é o caso do Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Socinova), de 1987, ou o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-FLUP), de 1991. Outros são tematicamente focados, podendo adoptar uma feição pluridisciplinar, como o Centro de Estudos Territoriais (CET) do ISCTE, também de 1991, lançado por um grupo de sociólogos anteriormente ligados ao CIES-ISCTE, liderados por Vítor Matias Ferreira, ou manter-se mais estritamente no âmbito sociológico, como o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS) do ISEG, do mesmo ano.

Outro centro tematicamente focado e de opção pluridisciplinar, mas hoje de dominante sociológica, é o Núcleo de Ecologia Social, antes chamado Grupo de Ecologia Social, que conseguiu precocemente, em 1985, incrustar-se com sucesso numa instituição de referência como é o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, fazendo desde então uma articulação ainda hoje pouco comum com outras áreas de conhecimento.

Essa articulação interdisciplinar alargada entre ciências naturais, tecnologias e ciências sociais, no contexto da investigação aplicada, vale a pena sublinhá-lo aqui, é uma das vias para a expansão da actividade sociológica nas sociedades contemporâneas. José Madureira Pinto já o tinha oportunamente defendido, em 1992, na abertura do 2º Congresso Português de Sociologia, quando criticou a “ausência sistemática da sociologia em projectos de investigação aplicada

em direito e António Teixeira Fernandes, doutorado em Itália, com equivalência em 1975, em “outras ciências sociais”. A partir de 1976, a equivalência já foi dada em sociologia: Maria Carrilho, doutorada em Itália, e Maria Beatriz Rocha-Trindade, doutorada em França, com equivalências em 1976; José Batista, doutorado na Hungria, com equivalência em 1977; Maria Filomena Mónica, doutorada em Inglaterra, com equivalência em 1979; António Custódio Gonçalves, doutorado na Bélgica, e Ilona Kovács, doutorada na Hungria, com equivalências em 1983; Manuel Villaverde Cabral, doutorado em França, e Teresa Sousa Fernandes, doutorada nos EUA, com equivalências em 1984; Manuel da Silva Costa, doutorado na Bélgica, e Moisés Lemos Martins, doutorado em França, com equivalências em 1985.

¹² A título comparativo, diga-se que quase cem anos antes, na última década do século XIX, as universidades americanas, Columbia e Chicago, concretamente, já atribuíam 2 a 4 doutoramentos em sociologia, por ano (Turner e Turner, 1991: 30)

referenciados a outros domínios do saber” e reivindicando a “diluição de fronteiras entre problemas técnicos e problemas sociais” (Pinto, 1992: 186).

Nos últimos anos tem estado em curso um importante processo de reorganização e reconfiguração das unidades de investigação em geral, processo suscitado “de cima para baixo”, isto é, a partir das instâncias nacionais de regulação e financiamento da ciência, nomeadamente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Visa-se, por um lado, racionalizar um sistema científico nacional demasiado fragmentado e, por outro lado, reforçar as capacidades instaladas e aumentar a competitividade internacional das unidades que compõem esse sistema.

É neste contexto que se insere a figura dos laboratórios associados, instituída legalmente em 1999. Trata-se de dotar de mais recursos as instituições científicas com avaliações de excelência e capacidade de cooperar de forma contínua com os objectivos da política científica nacional. É uma medida política que reforça consideravelmente a institucionalização da investigação científica, proporcionando um fluxo mais contínuo e garantido de procuras e de recursos.

Até meados de 2007 tinham sido criados 25 laboratórios associados, dois deles no domínio das ciências sociais, o ICS-UL e o CES-UC, contemplados com esse estatuto, por decisão do Ministro da Ciência, em 2002. Outras unidades de referência no campo das ciências sociais, como o CIES-ISCTE, em parceria com o IS-FLUP e o CES-UA apresentaram entretanto candidaturas à obtenção desse estatuto.

Neste mesmo contexto, têm ocorrido agregações ou mesmo fusões de unidades mais pequenas em centros de maior dimensão com o objectivo de ganhar massa crítica para uma prática científica que se desenrola cada vez mais à escala internacional e em termos competitivos. É assim que, em 2007, o Socinova, o CEOS e um grupo de investigadores associados à revista *Fórum Sociológico*, se agregam no CESNova, Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, que desta forma passa a dispor de outras condições de aceder ao centro do campo sociológico. No mesmo sentido pode ler-se o reforço da equipa do Instituto de Sociologia com a absorção do grupo de sociólogos ligados pelo ensino à Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Outro vector da institucionalização avançada da investigação sociológica é, como se disse, o da constituição de observatórios da vida social. São formas de institucionalização das procuras institucionais da sociologia. A criação e funcionamento destes dispositivos de estudo sistemático de certos aspectos da vida social colocam questões de fundo sobre a relação da sociologia com a sociedade em geral, e com as entidades encomendantes e financiadoras em particular, a que voltarei adiante.

Para já interessa inventariar os observatórios existentes e os desenhos institucionais e financeiros que os suportam.

O mais antigo, criado em 1989, é o Observatório Permanente da Juventude, sediado no ICS-UL, com financiamento do Instituto Português da Juventude dirigido por José Machado Pais. Em 1996, foram constituídos mais três: o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, no quadro do CES-UC, com financiamento do Ministério da Justiça, dirigido por Boaventura de Sousa Santos; o Observatório das Actividades Culturais, financiado pelo Ministério da Cultura com a participação do Instituto Nacional de Estatística, e direcção científica do ICS-UL, primeiro de Maria de Lourdes Lima dos Santos e mais recentemente de José Machado Pais; e o Observatório do Ambiente (Observa), uma parceria do ICS-UL e do ISCTE, com financiamento do Ministério do Ambiente, dirigido por João Ferreira de Almeida.

Seguiram-se-lhes, em 2001, o Observatório do Endividamento dos Consumidores, também no CES-UC, com financiamento do Instituto do Consumidor, dirigido por Maria Manuel Leitão Marques; em 2002, o Observatório dos Poderes Locais, ainda no CES-UC, com financiamento da União Europeia, dirigido por Fernando Ruivo; e, em 2003, o Observatório Permanente das Escolas, no ICS-UL, com financiamento maioritário do próprio Instituto, dirigido por Ana Nunes de Almeida.

Finalmente, em 2008, foram constituídos o Observatório das Desigualdades, uma parceria entre o CIES-ISCTE, que lidera, o IS-FLUP e o CES-UA, com financiamento do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, Ministério da Educação e Presidência do Conselho de Ministros, dirigido por António Firmino da Costa; e o Observatório da Emigração, com financiamento e direcção assegurados pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e orientação científica do CIES-ISCTE, com coordenação de Rui Pena Pires.

Para além destes, sedeados em instituições de investigação ou com a sua orientação científica, há vários outros, com enquadramento institucional diferente, em que participam muitos sociólogos, seja como técnicos, seja como directores. A título de exemplo, podem referir-se o Observatório da Imigração, o Observatório do Emprego e Formação Profissional, o Observatório da Comunicação ou o Observatório dos Trajectos dos Estudantes do Ensino Secundário.

Todos estes desenvolvimentos institucionais, ao nível do ensino e da investigação, tiveram tradução no plano da publicação científica.

Depois do aparecimento da *Análise Social* e da *Economia e Sociologia*, ainda nos anos 60, foram sendo fundadas novas revistas, umas de recorte mais estritamente sociológico, outras de perfil pluridisciplinar, mas com lugar de destaque para a abordagem sociológica. A *Revista Crítica de Ciências Sociais*, do CES-UC, foi criada em 1978. Nos anos 80 surgiram os *Cadernos de Ciências Sociais* (1984), a *Revista de Comunicação e Linguagens* (1985), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), a *Sociologia, Problemas e Práticas* (1986), do CIES-ISCTE e a *Organizações e Trabalho* (1989), ligada à Associação Portuguesa dos Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (APPSIOT).

Nos anos 90, nasceram mais três revistas: *Sociologia* (1991), do Instituto de Sociologia do Porto; *Fórum Sociológico* (1992), da FCSH-UNL e *Educação, Sociedade e Cultura* (1994), da Associação de Sociologia e Antropologia da Educação. Já nos anos 2000, mais quatro: *Cidades* (2000), do Centro de Estudos Territoriais do ISCTE; *Trajectos* (2002), do Departamento de Sociologia do ISCTE; *Portuguese Journal of Social Science* (2002), também do ISCTE e *Configurações* (2005), do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Num olhar conjunto sobre estas revistas, podemos classificá-las em três tipos: revistas sociológicas, embora com abertura a outras ciências sociais, onde cabem a *Sociologia*, *Problemas e Práticas*, *Sociologia e Fórum Sociológico*; revistas pluridisciplinares genéricas, onde se incluem a *Análise Social*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *Portuguese Journal of Social Science* e *Configurações*; revistas pluridisciplinares temáticas, onde cabem a *Revista de Comunicação e Linguagens*, *Organizações e Trabalho*, *Educação, Sociedade e Cultura*, *Cidades e Trajectos*. A *Economia e Sociologia* não encaixa, em rigor, em nenhum destes tipos, ficando a meio caminho entre as revistas pluridisciplinares genéricas e as pluridisciplinares temáticas.

Nem todas as revistas têm a mesma centralidade no campo. Três delas – *Análise Social*, *Revista Crítica de Ciências Sociais* e *Sociologia, Problemas e Práticas* – ocupam posições dominantes, em termos de regularidade, continuidade e quantidade de números anuais, em homologia perfeita com os lugares ocupados no plano da investigação pelas instituições que as suportam.

Por outro lado, também numa relação de causa e efeito com o lugar ocupado no campo, algumas revistas têm manifestas dificuldades em manter a regularidade ou mesmo a continuidade de publicação. A *Fórum Sociológico*, por exemplo, chegou a ser interrompida e retomou com uma segunda série, e os *Cadernos de Ciências Sociais* e a *Organizações e Trabalho* saem irregularmente. A prática de avaliação sistemática por especialistas dos artigos propostos para publicação – um indicador do capital científico incorporado pelas revistas – também as distingue entre si. Até ao momento, só algumas instituíram plenamente essa prática.

Além das revistas científicas, as editoras especializadas têm desempenhado um papel fundamental na difusão mais alargada dos produtos da sempre crescente produção sociológica. Embora outras editoras, no passado e no presente, tenham contribuído ou contribuam ainda para essa difusão, como, por exemplo, a Presença ou a D. Quixote, há três que têm sido responsáveis, há mais de vinte anos, pela publicação da maioria dos trabalhos produzidos por sociólogos, embora nenhuma delas se cinja à sociologia, sendo mais genericamente editoras de ciências sociais.

A mais antiga, sedeada no Porto, que tem dado à estampa sobretudo a produção dos núcleos de sociólogos do Centro e do Norte do país, é a Afrontamento, que iniciou a sua Biblioteca de Ciências Sociais em 1977. A

segunda, em ordem cronológica, é a *Celta*, de Lisboa, criada em 1992, que tem sido o canal preferencial de publicação dos sociólogos do ISCTE e de outros núcleos de sociologia da capital, embora publique também outros autores. A terceira é a Imprensa de Ciências Sociais, ligada ao ICS, que arranca só em 1998, mas que tem tido uma actividade excepcionalmente intensa desde então.

As editoras de ciências sociais jogam um duplo papel no campo da sociologia, uma vez que também publicam revistas científicas de referência. A Afrontamento publica, desde o início, os *Cadernos de Ciências Sociais* e a *Celta* Editora produz, desde 1998, a *Sociologia, Problemas e Práticas*. De datas mais recentes, temos a edição da revista *Trajectos* pela Fim de Século e a da revista *Configurações*, pela Campo das Letras, uma editora emergente no domínio das ciências sociais.

A institucionalização avançada da sociologia portuguesa não se fez independentemente, como é óbvio, das políticas científicas em geral e das políticas de financiamento da investigação, em particular. A este nível pode dizer-se que, apesar de oscilações ou mesmo inflexões num ou noutro ano, o panorama global tem sido positivo.

O orçamento da ciência, apesar de não ter ainda atingido o hoje quase mítico valor de 1% do PIB – que já era prometido para breve em meados dos anos 90 – tem crescido. De 1986 a 2007, de acordo com dados do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, as dotações para ciência e tecnologia formam uma curva ascendente contínua, com excepção da ligeira quebra em 2003 e 2004. Ainda de acordo o GPEARI, as Ciências Sociais e Humanas, e suponho que a evolução da sociologia não terá fugido ao padrão geral, viram o financiamento crescer continuamente entre 1982 e 2001, ano mais recente com dados desagregados por domínios científicos. O financiamento foi de cerca de 20 milhões de euros no início desse período e passou para mais de 120 milhões no fim do mesmo.

Esse aumento “sente-se” na evolução das unidades de investigação e no seu dia-a-dia. Comparando com há duas décadas, hoje há mais projectos de investigação financiados, há mais bolsheiros de doutoramento e há também, nos últimos anos, mais bolsheiros de pós-doutoramento. A criação dos laboratórios associados, já referida, representou um reforço de financiamento considerável para as unidades que beneficiaram do acesso a esse estatuto, e o mesmo se pode dizer de medidas mais recentes, como o *Compromisso com a Ciência* (da FCT), que tem permitido a muitos centros contratar investigadores doutorados, portugueses e estrangeiros, por períodos de cinco anos.

Mas o orçamento de ID não tem sido a única fonte financeira, embora seja a principal. Outro canal de financiamento público tem sido a administração central, e por vezes a local, nomeadamente através da procura de pesquisas aplicadas, de que os observatórios mencionados atrás constituem a versão maximizada.

Outras fontes nacionais relevantes têm sido fundações privadas, muito particularmente a Fundação Calouste Gulbenkian, cuja contribuição histórica para o desenvolvimento das ciências sociais, incluindo a sociologia, está, de resto, por inventariar e analisar. Finalmente, não se pode esquecer a parcela relativa ao financiamento internacional, sobretudo os programas da Comissão Europeia, que têm tornado relativamente frequentes, na última década, as participações de sociólogos portugueses em projectos internacionais.

A dinâmica associativa dos sociólogos portugueses, por seu lado, tem favorecido também a institucionalização avançada da sociologia. O que é que se vê a esse nível? Uma associação nacional que tem mantido a unidade, através de estratégias inclusivas, seja integrando num mesmo movimento ciência e profissão, seja rodando as suas presidências e órgãos dirigentes pelos vários núcleos de sociólogos do país.

Se é verdade que a primeira foi exercida por João Ferreira de Almeida (1986-1990), então ligado simultaneamente ao CIES-ISCTE e ao ICS-UL, e que o ICS-UL e o CIES-ISCTE já bisaram, respectivamente com Ana Nunes de Almeida (1994-1998) e Anália Torres (2002-2006), os Presidentes da APS têm vindo também de outras instituições e regiões: José Madureira Pinto, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1990-1994), Carlos Fortuna do CES-UC (1998-2002) e Luís Baptista do CESNova (desde 2006). A regularidade pendular de realização de congressos nacionais, seis até agora, sempre com participação massiva de sociólogos de todas as orientações, instituições e regiões, atesta a qualidade desse trabalho integrador.

A APS merecia, em si mesma, um estudo à parte na óptica da sociologia da sociologia¹³. Esse estudo poderia comparar, por exemplo, a dinâmica associativa da sociologia portuguesa com outras experiências nacionais. O que se sabe mostra que ela está, a certos níveis, mais perto do exemplo norte-americano, onde existe uma associação centenária, dinâmica e com muitos milhares de membros, do que do exemplo francês, onde os conflitos entre escolas, correntes e personalidades impediram desenvolvimento similar, tendo a respectiva associação nacional sido formada apenas em 2002. Outro tópico que mereceria atenção é o que tem a ver com as presenças e ausências na liderança da APS, quanto aos órgãos directivos em geral. Quanto aos presidentes, em particular, não pode deixar de se perguntar por que não ocuparam esse lugar pessoas como Adérito Sedas Nunes ou Boaventura de Sousa Santos.

A última nota neste quadro sinóptico da institucionalização da sociologia portuguesa é sobre a questão da internacionalização. Em todos os discursos de abertura dos congressos de sociologia, sem excepção, os presidentes em exercício

¹³ Alguns elementos analíticos exploratórios sobre a APS podem ser encontrados, por exemplo, em Machado (1996).

abordaram o tema (Almeida, 1998; Pinto, 1992; Almeida, 1996; Fortuna, 2002; Torres, 2008)¹⁴. É uma preocupação permanente dos sociólogos, em linha com a preocupação mais geral da internacionalização da ciência e dos cientistas portugueses, durante muito tempo isolados do mundo.

Podemos falar de internacionalização dos objectos (os temas de pesquisa) e de internacionalização dos sujeitos (as instituições, os investigadores). A primeira, a propósito da qual podemos perguntar, entre outras coisas, quando é que os sociólogos portugueses se começaram a tornar mais europeus nos seus objectos, será abordada na terceira parte. No que se refere à internacionalização dos sujeitos, e é sobretudo dessa que se tem falado nos congressos, há a registar uma evolução bastante positiva. Os indicadores gerais de internacionalização da ciência e da tecnologia em Portugal têm melhorado progressivamente e a sociologia, apesar de não dispor de indicadores homólogos próprios, acompanhou esse movimento.¹⁵

Se decompuermos a internacionalização nas suas dimensões constitutivas – projectos (participação e liderança), participação e organização de actividades de debate científico, publicação, redes de investigação, prática de acolhimento ou contratação de investigadores estrangeiros, realização de doutoramentos e bolsas pós-doc no estrangeiro –, podemos dizer que em todas elas houve progressos sensíveis, numas mais depressa, noutras mais devagar.

A participação em projectos internacionais, rara há duas décadas atrás, é hoje bastante frequente. Muitos investigadores integram equipas de investigação europeias em projectos financiados pela Comissão Europeia e outros desenvolvem trabalho similar noutras partes do mundo, na América Latina ou em África. A participação regular de investigadores portugueses em grandes pesquisas internacionais como o *European Values Study* ou o *European Social Survey* é outro aspecto a salientar. Já a liderança de projectos internacionais por instituições de investigação e investigadores portugueses é muito menos frequente.

No plano da divulgação dos resultados de pesquisa, pode dizer-se que se generalizou, especialmente nas gerações mais novas, a prática de comparecer e apresentar comunicação em encontros científicos internacionais de todos os tipos, desde os grandes congressos até às conferências tematicamente focadas. Essa prática incorporou-se no habitus científico desses investigadores.

Mas na publicação o progresso não tem sido tão rápido. Os sociólogos portugueses, com poucas excepções, ainda publicam pouco a nível internacional, especialmente nas revistas científicas da especialidade. Não que falem revistas

¹⁴ Por não estar disponível no momento em que fechei este texto, não considero aqui o discurso de abertura de Luís Baptista no congresso mais recente, o sexto, realizado em 2008.

¹⁵ Sobre a posição internacional de Portugal ao nível dos indicadores de ciência e tecnologia, em geral, ver Godinho, Mendonça e Pereira (2007). Sobre a ciência em geral como prática globalizada ver Delicado (2008).

onde publicar. Estima-se que haja no mundo 2 500 revistas de ciências sociais, que publicam pelo menos 100 mil artigos por ano¹⁶. Dir-se-ia que, ao contrário do que acontece com a apresentação de comunicações em encontros internacionais, a prática de publicar fora ainda não foi incorporada na rotina científica.

O “obstáculo” linguístico, por vezes invocado para justificar o défice de publicação, não é razão suficiente, como o prova a participação em projectos de âmbito internacional, onde se trabalha em língua estrangeira, quase sempre o inglês, incluindo a escrita de relatórios de investigação, relatórios que, no entanto, não se convertem em produtos científicos mais nobres.

Domínios de investigação sociológica, vazios e questões fronteiriças

Os quase cinquenta anos de investigação sociológica em Portugal, e falo aqui de investigação no sentido de estudo científico teoricamente orientado e empiricamente sustentado, geraram uma vastíssima bibliografia que continua hoje em crescimento rápido. Se há trinta anos, ou mesmo há vinte, escasseavam pesquisas sobre muitos aspectos da sociedade portuguesa, desde então elas têm crescido exponencialmente, em correspondência com a expansão do campo sociológico, nomeadamente das instituições de investigação, que, como vimos atrás, cresceram muito em número e dimensão.

Basta recordar como evoluiu o número de doutorados em sociologia, de 6 em 1979 para 522 em 2007, e que temos, portanto, disponíveis outros tantos trabalhos de investigação aprofundada, quase sempre sobre a realidade portuguesa. Mas não é só de teses de doutoramento, obviamente, que é feito o património de conhecimentos sociológicos hoje disponíveis. Ele resulta de centenas de projectos de investigação nacionais e internacionais com financiamento público, de centenas de pesquisas aplicadas, com financiamento público ou privado, de muitas centenas de teses de mestrado, das quais só algumas acabam por conhecer uma difusão mais alargada. Hoje, pode dizer-se, é verdadeiramente difícil mantermo-nos a par da produção sociológica em Portugal.¹⁷

Essa produção cobre muitos domínios temáticos, uns com mais intensidade e regularidade, outros com menos, uns desde o início, outros mais recentemente, uns correspondendo às clássicas sociologias especializadas praticadas internacionalmente, outros com especificidades “nacionais”. Mas também há “vazios”, temas que se esperaria que fossem mais estudados e não são, e ainda

¹⁶ Informação referida por Dortier (2005: 372).

¹⁷ No seminário sobre “Investigação Sociológica em Portugal”, do 1º ano do Programa de Doutoramento do Departamento de Sociologia do ISCTE, por mim leccionado desde 2003, é disponibilizada uma bibliografia que remonta aos anos 60 do século passado, isto é, à produção sociológica do então GIS e da *Análise Social*. Mesmo sendo uma bibliografia selectiva, que não inclui, por exemplo, teses de mestrado, a não ser que tenham sido publicadas em livro ou, parcialmente, em artigo, ela conta hoje mais de 600 referências.

temas que entraram em declínio depois de terem merecido a atenção da sociologia durante muitos anos. Por outro lado, há objectos de investigação que, tendo sido inicialmente estudados por sociólogos, começaram a ser activamente disputados por investigadores de outros domínios das ciências sociais, que entretanto se consolidaram institucionalmente, levando não necessariamente ao seu abandono, mas a alguma desaceleração relativa.

Tomando como critérios a antiguidade, o volume e a continuidade do trabalho de pesquisa colectivamente realizado pelos sociólogos, e fazendo coincidir o momento zero com o arranque do GIS e da *Análise Social*, pode arrumar-se a produção sociológica em Portugal em três tipos de domínios: domínios clássicos duradouros (reflexão epistemológica e teórico-metodológica, estrutura e mudança social, juventude, classes sociais, educação); novos domínios clássicos (trabalho, organizações e profissões, cidade e território, política e estado, culturas populares, culturas cultas, família e género, pobreza e exclusão social, comunicação e media, valores); e domínios recentes consolidados (saúde, ciência, imigração e etnicidade, ambiente).

No Quadro 3 apresentam-se, para cada domínio de base, as primeiras publicações conhecidas e as primeiras teses de doutoramento, com os respectivos autores, canais de divulgação e datas. No Quadro 4, figuram os temas e conceitos trabalhados em cada domínio de base e os investigadores, equipas e instituições que os trabalham. Considerei apenas investigadores seniores (sobretudo doutorados, mas não só), isto é, com uma prática de investigação regular e reconhecida nos domínios em causa. Relativamente às instituições, menciono aquelas onde o trabalho nesses domínios não é ocasional, mas tem continuidade e plúriautoria.

Os domínios clássicos duradouros são aqueles que vêm do próprio início da investigação sociológica em Portugal e se mantiveram até hoje na agenda dos sociólogos, com vigor continuado. São domínios em que os primeiros contributos vêm do GIS, começando pelos do próprio Adérito Sedas Nunes, mas incluindo também os dos então jovens investigadores que ele reuniu à sua volta e “converteu” à sociologia. São, numa palavra, domínios fundadores da sociologia portuguesa e que, em alguma medida, fazem a sua especificidade.

A reflexão epistemológica e teórico-metodológica é reconhecidamente uma marca genética da sociologia em Portugal, cujo papel de vacina contra o empirismo tem sido muito louvado (por exemplo, Pinto, 1992). Ela começa com o incontornável *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, de Sedas Nunes, de 1971, e prolonga-se até à actualidade com os contributos de João Ferreira de Almeida, José Madureira Pinto e Boaventura de Sousa Santos, especialmente os dois últimos, que em anos mais recentes têm polemizado directamente, o primeiro defendendo uma epistemologia reformista regeneradora do racionalismo científico, o segundo uma teoria crítica contra e para além do paradigma da “ciência moderna”. É uma polémica a que voltarei no ponto seguinte.

Quadro 3 – Domínios de investigação sociológica em Portugal e primeiras publicações e teses de doutoramento por domínio

Classificação dos Domínios	Domínios	Primeiro trabalho publicado Primeira tese de doutoramento
Domínios Clássicos Duradouros	Reflexão epistemológica e teórico-metodológica	Adérito Sedas Nunes, <i>Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais</i> , Presença e Gabinete de Investigações Sociais, 1971. Não há teses de doutoramento.
	Estrutura e mudança social	Adérito Sedas Nunes, “Portugal, sociedade dualista em evolução”, <i>Análise Social</i> , 7/8, 1964. Não há teses de doutoramento.
	Juventude	Adérito Sedas Nunes, “A população universitária portuguesa: uma análise preliminar”, <i>Análise Social</i> , 22/23/24, 1968. Tese: José Machado Pais, <i>Formas Sociais de Transição para a Vida Adulta: os Jovens Através dos seus Quotidianos</i> , ISCTE, 1991. Publicada com o título <i>Culturas Juvenis</i> , Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
	Classes sociais	Adérito Sedas Nunes e David Miranda, “A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações”, <i>Análise Social</i> , 27/28, 1969. Tese: João Ferreira de Almeida, <i>Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais numa Região do Noroeste</i> , ISCTE, 1984. Publicada com o mesmo título, Instituto de Ciências Sociais, 1986.
	Educação	Maria Eduarda Cruzeiro e Manuel Luis Marinho Antunes, “Uma aproximação à análise do sistema do ensino secundário em Portugal (I)”, <i>Análise Social</i> , 48, 1976. Tese: Maria Filomena Mónica, <i>Popular Education and Salazar’s Regime (1926-1939)</i> , Universidade de Oxford, 1977. Publicada em português com o título <i>Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (1926-1939)</i> , Lisboa, GIS/Presença, 1978.
Novos Domínios Clássicos	Trabalho, organizações, profissões	Maria de Lourdes Lima dos Santos, Marimís Pires de Lima e Vitor Matias Ferreira, <i>O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas</i> , Porto, Afrontamento, 1976 (3 volumes). Tese: João Freire, <i>Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: o Anarquismo e o Operariado em Portugal 1900-1940</i> , ISCTE, 1988. Publicada em livro com o título <i>Anarquistas e Operários: Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: O Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940</i> , Afrontamento, 1992.
	Cidade e território	Vitor Matias Ferreira, “A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequenos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa: anos de 1930-40”, <i>Análise Social</i> , 77/78/79, 1983. Tese: Vitor Matias Ferreira, <i>A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole</i> , ISCTE, 1986. Publicada com o mesmo título, D. Quixote, 1987.
	Política e estado	António Barreto, “O Estado e a Reforma Agrária: 1974-1976”, <i>Análise Social</i> , 77/78/79, 1983. Tese: António Barreto, <i>L’Etat et la Société Civile au Portugal: Revolution et Réforme Agraire en Alentejo, 1974-1976</i> , Genève, 1985. Publicado com o título <i>Anatomia de uma Revolução: A Reforma Agrária em Portugal, 1974-1976</i> , Europa-América, 1987.
	Culturas populares	António Firmino da Costa, “Entre o cais e o castelo: identidade cultural num tecido social desigualitário”, <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> , 14, 1984. Tese: José Madureira Pinto, <i>Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica</i> , ISCTE, 1983. Publicada com o mesmo título, Afrontamento, 1985.
	Culturas cultas	Maria de Lourdes Lima dos Santos, “Sobre os intelectuais portugueses no século XIX: do Vintismo à Regeneração”, <i>Análise Social</i> , 57, 1979. Tese: Maria de Lourdes Lima dos Santos, <i>Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos</i> , ISCTE, 1985. Publicada com o mesmo título, Presença, 1988.
	Família e género	Ana Nunes de Almeida, “Entre o dizer o fazer: a construção da identidade feminina”, <i>Análise Social</i> , 92/93 e Graça Abranches e Virgínia Ferreira, “O debate sobre o aborto e a ortopedia discursiva da sexualidade”, <i>Análise Social</i> , 92/93, ambos de 1985. Tese: Nelson Lourenço, <i>Família Rural e Indústria. Mudança Social na Região de Leiria</i> , ISCTE, 1987. Publicada com o mesmo título, Fragmentos, 1991.
	Pobrezas e exclusão social	Alfredo Bruto da Costa, Manuela Silva, José Pereirinha, e Madalena Matos, <i>A Pobreza em Portugal</i> , Lisboa, Carítas, 1985. Tese: Alfredo Bruto da Costa, <i>The Paradox of Poverty: Portugal, 1980-1989</i> , Bath, 1993.
	Comunicação e media	José Manuel Leite Viegas, “Telenovelas: do modelo de produção à diversidade de reconhecimento”, <i>Sociologia, Problemas e Práticas</i> , 2, 1987. Tese: José Manuel Paquete de Oliveira, <i>Formas de “Censura Oculta” na Imprensa Escrita em Portugal no pós-25 de Abril (1974-1987)</i> , Lisboa, ISCTE, 1988.
	Valores	João Ferreira de Almeida, <i>Valores e Representações Sociais</i> , Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990. Não há teses de doutoramento.
Domínios Recentes Consolidados	Saúde	Graça Carapinheiro e Margarida Gameiro Pinto, “Políticas de saúde num país em mudança”, <i>Sociologia, Problemas e Práticas</i> , 3, e Virgínia Ferreira e J. Bernardo Lemos, “A saúde dos números: análise dos inquéritos de saúde em Portugal”, <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> , 23, ambos de 1987. Tese: Graça Carapinheiro, <i>Saberes e Poderes no Hospital: Estudo Sociológico de Dois Serviços Hospitalares</i> , ISCTE, 1989. Publicada com o título <i>Saberes e Poderes no Hospital: uma Sociologia dos Serviços Hospitalares</i> , Afrontamento, 1993.
	Ciência	Fernando Luís Machado e Idalina Conde, “A divulgação científica em Portugal: do lado da produção”, <i>Sociologia, Problemas e Práticas</i> , 5, 1988. Tese: Tiago Santos Pereira, <i>Changing Places? The Extension of Research Groups through European Research Collaborations</i> , Sussex, 2000.
	Imigração e etnicidade	Ana de Saint-Maurice e Rui Pena Pires, “Descolonização e migrações. Os imigrantes dos PALOP em Portugal”, <i>Revista Internacional de Estudos Africanos</i> , 10/11. Tese: Ana de Saint-Maurice, <i>Reconstrução das Identidades no Processo de Emigração: A População Caboverdiana Residente em Portugal</i> , ISCTE, 1994. Publicada com o título <i>Identidades Reconstruídas: Caboverdianos em Portugal</i> , Celta, 1997.
	Ambiente	João Lutas Craveiro, “Ambiente urbano: desigualdades e constrangimentos na cidade de Lisboa”, <i>Sociologia, Problemas e Práticas</i> , 15. Tese: Joaquim Gil Nave, <i>The Politics of Environmental Groups in Portugal: a Case-Study on Institutional Contexts and Communication Processes of Environmental Collective Action</i> , Florença, 2000.

Quadro 4 – Domínios de investigação sociológica em Portugal: temas, conceitos, investigadores, instituições

Tipo de Domínios	Domínios de base	Principais temas e conceitos	Investigadores, equipas, instituições
Domínios Clássicos Duradouros	Reflexão epistemológica	Racionalismo científico; teoria crítica; epistemologia reformista	Adérito Sedas Nunes (ICS-UL); Boaventura de Sousa Santos (CES-UC); José Madureira Pinto (IS-FLUP); João Ferreira de Almeida (CIES-ISCTE)
	Estrutura e mudança social	Dualismo de desenvolvimento; sociedade semi-periférica; modernidade inacabada	Adérito Sedas Nunes, António Barreto (ICS-UL); João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa, Fernando Luis Machado (CIES-ISCTE); Boaventura de Sousa Santos (CES-UC)
	Juventude	Estudantes universitários; condições de vida e culturas juvenis; condutas de risco; transição para a vida adulta	Adérito Sedas Nunes, José Machado Pais, Pedro Moura Ferreira, Vítor Sérgio Ferreira (ICS-UL); Maria das Dores Guerreiro (CIES-ISCTE); Gilberta Rocha (CES-UA)
	Classes sociais	Estruturas de classes e mobilidade social; classes sociais nos campos; classes sociais e estudantes universitários; operariado	João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa, Fernando Luis Machado, José Luis Casanova (CIES-ISCTE); Elísio Estanque, José Manuel Mendes (CES-UA); José Madureira Pinto, Cidália Queiroz, Virgílio Borges Pereira (IS-FLUP); Manuel Villaverde Cabral (ICS-UL); Manuel Carlos Silva (CICS-UM)
	Educação	Escola e insucesso escolar; trajectos e identidades dos professores; escola e identidades juvenis.	Adérito Sedas Nunes, Maria Filomena Mónica, Eduarda Cruzeiro, Ana Benavente, Maria Manuel Vieira, Ana Nunes de Almeida (ICS-UL); João Sebastião, Teresa Seabra, Pedro Abrantes (CIES-ISCTE); Sérgio Grácio, José Manuel Resende (CESNova); João Teixeira Lopes (IS-FLUP)
Novos Domínios Clássicos	Trabalho, organizações, profissões	Trabalho industrial; relações laborais; sindicalismo; sistema de emprego; mudança organizacional; profissões; inovação; empresários	Marinús Pires de Lima (ICS-UL); António Brandão Moniz (FCT-UNL); João Freire, Maria de Lurdes Rodrigues, Duarte Pimentel, Alan Stoleroff, Luísa Oliveira, Paulo Almeida, Luísa Veloso, António Dornelas (CIES-ISCTE); Elísio Estanque, Casimiro Ferreira, Hermes Costa (CES-UC); José Madureira Pinto, Carlos Gonçalves, Cristina Parente (IS-FLUP); Ana Paula Marques, Ana Maria Duarte (CICS-UM); Ilona Kovács, Sara Casaca, Marta Varanda (SOCIOUS-ISEG)
	Cidade e território	Processo de metropolização de Lisboa; habitação social e realojamento; políticas de habitação; cidades médias	Vítor Matias Ferreira, Isabel Guerra, Isabel Duarte, Teresa Costa Pinto, Walter Rodrigues (CET, ISCTE); Carlos Fortuna, Paulo Peixoto (CES-UC); Luis Baptista (CESNova) Paulo Machado, Maria João Freitas (NESO-LNCE)
	Política e estado	Estado; Estado-providência; poder local; movimentos sociais; participação eleitoral	António Barreto, Manuel Villaverde Cabral (ICS-UL); Boaventura de Sousa Santos, Pedro Hespanha, Fernando Ruivo (CES-UA); Juan Mozcafrédo; José Manuel Viegas, Helena Carreiras, André Freire (CIES-ISCTE); António Teixeira Fernandes (IS-FLUP)
Domínios Recentes Consolidados	Culturas populares	Culturas populares urbanas; culturas populares rurais; associativismo popular	António Firmino da Costa, Luís Capucha (CIES-ISCTE); José Madureira Pinto, Augusto Santos Silva, Paula Guerra (IS-FLUP); Albertino Gonçalves (CICS-UM)
	Culturas cultas	Públicos da cultura e da arte; artistas; profissionais da cultura; políticas culturais; equipamentos e eventos culturais	Maria de Lourdes Lima dos Santos, José Machado Pais (ICS-UL); Idalina Conde, António Firmino da Costa (CIES-ISCTE); Carlos Fortuna, Claudino Ferreira, Paula Abreu (CES-UC); José Madureira Pinto, Augusto Santos Silva, João Teixeira Lopes, Natália Azevedo (IS-FLUP)
	Família e género	Famílias e meios sociais; divórcio; famílias recompostas; género, mulheres e sociedade; vida familiar e trabalho; violência familiar	Ana Nunes de Almeida, Karin Wall, Sofia Aboim (ICS-UL); Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres, Cristina Lobo, Helena Carreiras (CIES-ISCTE); Virgínia Ferreira, Sílvia Portugal (CES-UC); Isabel Dias (IS-FLUP); Manuel Lisboa, Elza Pais (CESNova); Gilberta Rocha, Piedade Lalanda (CES-UA)
	Pobreza e exclusão social	Pobreza urbana; exclusão social; modos de vida da pobreza; avaliação de políticas	Alfredo Bruto da Costa, Heloísa Perista (CESIS); Luís Capucha (CIES-ISCTE); Fernando Diogo (CES-UA); Eduardo Rodrigues (IS-FLUP)
	Comunicação e media	Imprensa; televisão, jornalistas; novos media; audiências e recepção	José Manuel Paquete de Oliveira, José Rebelo, Gustavo Cardoso (CIES-ISCTE); Moisés Lemos Martins (CICS-UM)
	Valores	Mudança nas estruturas de valores; valores europeus comparados	João Ferreira de Almeida, Anália Torres (CIES-ISCTE); Manuel Villaverde Cabral (ICS-UL)
	Domínios Recentes Consolidados	Saúde	Relações e profissões do campo médico; doença; políticas de saúde
Ciência		Divulgação científica; comunidade científica; cultura científica; públicos da ciência; políticas científicas	António Firmino da Costa, Patrícia Avila (CIES-ISCTE); Boaventura de Sousa Santos, João Arriscado Nunes (CES-UC); Herminio Martins, José Luis Garcia, Ana Delicado (ICS-UL)
Imigração e etnicidade		Fluxos migratórios; populações migrantes; processos de integração e etnicidade; descendentes de migrantes; políticas de imigração	Fernando Luis Machado, Rui Pena Pires, Maria Manuela Mendes (CIES-ISCTE); João Peixoto (SOCIOUS-ISEG); Maria Ioannis Baganha, José Carlos Marques, Pedro Góis (CES-UC); Margarida Marques (CESNova)
Ambiente		Ambientalismo; valores e práticas ambientais; ambiente urbano; políticas ambientais	Luisa Schmidt (ICS-UL, Observa); João Ferreira de Almeida (CIES-ISCTE, Observa) Joaquim Gil Nave (Observa); João Lutas Craveiro (NESO-LNCE)

Outro domínio de investigação clássico duradouro é o da “estrutura e mudança social”. Aqui é a sociedade portuguesa, os processos de transformação estrutural que a atravessam e a sua posição no sistema mundial, que são constituídos como objecto de investigação. O trabalho fundador, publicado por Sedas Nunes em 1964, é um texto notável, surpreendentemente pouco conhecido pelos sociólogos portugueses.

Primeiro pelo modelo analítico adoptado, o do dualismo estrutural da sociedade portuguesa, com dinâmicas de modernização e inércias de desenvolvimento complexamente articuladas. É um modelo que trabalhos posteriores retomam, nem sempre com consciência desse contributo fundador. É a mesma ideia de dualismo que está implícita na conceptualização de Portugal como sociedade semi-periférica (aplicada por Boaventura de Sousa Santos) ou como sociedade de modernidade inacabada (desenvolvida por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado), ambas conceptualizações influentes na sociologia portuguesa.

Em segundo lugar, porque é um trabalho aprofundado de pesquisa empírica, que cobre vários aspectos da vida económica, social e cultural portuguesa e respectiva evolução histórica, e se socorre com imaginação de uma pluralidade de indicadores estatísticos, inaugurando assim, em Portugal, um estilo de investigação empírica que continua a ter bons praticantes e a dar bons resultados.

Cinco obras são particularmente ilustrativas do trabalho feito neste domínio de investigação. Da equipa do CES-UC, em 1993, o volume *Portugal, Um Retrato Singular*, dirigido por Boaventura de Sousa Santos, com a colaboração exclusiva de outros investigadores do Centro, e, em 2001, a obra em oito volumes intitulada *A Sociedade Portuguesa Perante os Desafios da Globalização*, novamente dirigida por Sousa Santos, desta vez com o concurso de uma equipa de colaboradores que transcende o CES-UC e se estende à Universidade do Porto, Universidade do Minho, ISCTE, ISEG, entre outros. Outras duas obras são da equipa do CIES-ISCTE. Em 1998, o volume *Portugal, que Modernidade?*, dirigido por José Manuel Viegas e António Firmino da Costa, com contributos exclusivos de outros investigadores do Centro e, em 2007, a trilogia *Portugal no Contexto Europeu*, cujos volumes são dirigidos por nove investigadores diferentes e onde todos os textos são uma vez mais de autoria exclusiva de investigadores da casa.

O quinto trabalho deste lote, de teor diferente, mais de colecção de indicadores estatísticos em bruto do que de análise aprofundada e cumulativa da sociedade portuguesa, são os dois volumes publicados por António Barreto (ICS-UL), em 1996 e 2000, intitulados *A Situação Social em Portugal*. Estes volumes têm a particularidade de desconsiderar a vasta produção sociológica sobre a sociedade portuguesa já disponível quando foram escritos, incluindo a de outros investigadores do ICS-UL.^{18 19}

¹⁸ Comentando este facto, José Madureira Pinto afirma discretamente numa nota de pé de página: “Só um acaso histórico absolutamente insólito permitiria [“numa obra sobre a evolução

“Juventude”, “classes sociais” e “educação” completam o quinteto dos domínios clássicos duradouros da investigação sociológica em Portugal. Como nos dois domínios anteriores, os primeiros contributos vêm do GIS, pela mão de Sedas Nunes, José David Miranda, Maria Eduarda Cruzeiro e Manuel Luís Marinho Antunes.

Os estudos sobre a juventude começaram por um tema que perdura e tem ocupado sociólogos de quase todas as unidades de investigação: os estudantes universitários, suas origens sociais, práticas e representações. No ICS-UL, CIES-ISCTE, CESNova, CES-UC, ISFLUP, entre outros, este sector particular da juventude tem sido objecto de pesquisa sistemática, ao longo dos anos, sobretudo através de metodologias extensivas. Os estudantes universitários constituem por si só pode dizer-se, um domínio clássico duradouro da investigação sociológica em Portugal.

A partir do final dos anos 80, no ICS-UL, inicia-se uma série de grandes inquéritos directos e levantamentos estatísticos sobre a juventude em geral, a nível nacional, sob a responsabilidade principal de José Machado Pais, que passaram a ser acompanhados, a partir de certa altura, por estudos de natureza qualitativa e biográfica sobre condutas de risco e sobre certos tipos sociais de jovens²⁰. A transição para a vida adulta é a principal problemática de todos esses estudos e também dos que, mais recentemente, têm sido levados a cabo por investigadores do CIES-ISCTE, como Maria das Dores Guerreiro²¹.

No domínio das classes sociais há dois textos precursores, de tipo muito diferente, um saído da produção do GIS, o outro da autoria de Hermínio Martins, um quase-fundador “ausente” da sociologia portuguesa, então já fixado no Reino Unido, onde fez toda a carreira académica²². O primeiro texto, de Adérito Sedas Nunes e José David Miranda, é uma análise da estratificação social da população portuguesa, com base em dados censitários e uma tipologia de inspiração

recente da sociedade portuguesa”] tornar tão vasta literatura numa amálgama de inutilidades legitimamente ignoráveis” (Pinto, 2004: 22, nota 3).

¹⁹ Para uma análise sobre a mudança social em Portugal feita através da leitura destas obras, à excepção da trilogia do CIES-ISCTE, publicada posteriormente, ver Silva (2006: 127-141).

²⁰ Estudo de referência nesta linha, premiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, é o de José Machado Pais, *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Âmbar, 2001.

²¹ Apesar de já desactualizada, vale a pena consultar a bibliografia comentada sobre a sociologia da juventude em Portugal elaborada por José Machado Pais: “Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa – tradições e mudanças (1985-1995) e “Pesquisa bibliográfica sobre jovens portugueses (1985-1995)”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 21, 1996.

²² Hermínio Martins foi professor e investigador da Universidade de Oxford, entre 1971 e 2001, ano em que se aposentou. De 2000 a 2005 foi investigador do ICS-UL, instituição que lhe atribuiu, em 2006, um doutoramento honoris causa e editou, no mesmo ano, através da Imprensa de Ciências Sociais, um volume em sua homenagem: Manuel Villaverde Cabral, José Luís Garcia e Helena Mateus Jerónimo (orgs.), *Razão, Tempo e Tecnologia: Estudos em Homenagem a Hermínio Martins*.

funcionalista. O trabalho de Hermínio Martins, intitulado “Classes, status e poder em Portugal”, embora se socorra também de dados quantitativos, é sobretudo um retrato qualitativo das classes sociais, de inspiração weberiana, que se detém particularmente na análise da “classe alta”²³.

A investigação empírica posterior sobre classes sociais deve muito ao trabalho desenvolvido por João Ferreira de Almeida, mas também por José Madureira Pinto, para as respectivas teses de doutoramento, no início dos anos 80, que abriram linhas de pesquisa e adoptaram perspectivas teórico-metodológicas, que até hoje dão frutos. Pelo crescimento progressivo do número de investigadores e pelo volume e continuidade do trabalho produzido, neste domínio, destaca-se a equipa do CIES-ISCTE (João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e José Luís Casanova)²⁴. Outros contributos substanciais para a pesquisa sobre classes sociais vêm do CES-UC (Elísio Estanque, José Manuel Mendes) e do IS-FLUP (José Madureira Pinto, Cidália Queiroz e Virgílio Borges Pereira). Secundariamente, o tema tem sido investigado também por sociólogos do ICS-UL (Manuel Villaverde Cabral) e do CICS-UM (Manuel Carlos Silva).²⁵

No domínio da educação, o primeiro trabalho, de Maria Eduarda Cruzeiro e Manuel Luís Marinho Antunes, publicado em dois artigos da *Análise Social*, em 1976 e 1977, faz uma sociografia pormenorizada dos estudantes do ensino secundário na época e assinala, através de comparações internacionais, o défice de escolarização da população portuguesa, jovens incluídos. Outro estudo clássico é a tese de doutoramento de Maria Filomena Mónica sobre a educação primária no regime salazarista, publicada em 1978.

Uma linha de estudos que vem da primeira hora e se prolonga até à actualidade, em que sobressaem as pesquisas dirigidas por Ana Benavente, é a que se dedica aos fenómenos do insucesso e abandono escolares, em geral, e das crianças de classes populares em particular. Há, por outro lado, várias pesquisas de fundo sobre os professores (Ana Benavente, Telmo Caria, José Manuel Resende). Mais recentes são os estudos sobre as práticas e identidades juvenis em contexto escolar (João Teixeira Lopes, Pedro Abrantes, Maria Manuel Vieira).

A sociologia da educação tem sido, em suma, uma sociologia mais da educação escolar do que de outras formas de educação (com a excepção honrosa

²³ Hermínio Martins, “Classes, status e poder em Portugal” em *Classes, Status e Poder*, Lisboa, Imprensa de Ciência Sociais, 1998.

²⁴ A tipologia de classes ACM (Almeida, Costa e Machado) é um produto particular do trabalho desta equipa de investigadores. Tem uma utilização alargada na sociologia portuguesa, aparecendo em certos trabalhos de forma quase “naturalizada”, sem referência de autoria. Se isso não é propriamente boa prática científica, não deixa de atestar o sucesso do produto.

²⁵ Um balanço dos estudos feitos nesta área até finais dos anos 90 pode encontrar-se em Elísio Estanque e José Manuel Mendes, “Análise de classes e mobilidade social: um breve balanço crítico”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 1999.

da tese de doutoramento de Maria Manuel Vieira sobre as práticas educativas das classes dominantes); mais de certos graus de ensino do que de outros (o básico mais do que o secundário e quase nada o superior); mais das variáveis externas à escola (meios sociais) do que das variáveis internas (se exceptuarmos os estudos sobre os professores)²⁶.

Diferentemente dos outros domínios clássicos duradouros, que se mantêm como objectos de interesse quase exclusivamente sociológico, os sociólogos da educação vêem, a partir de certa altura, o “seu” espaço disputado, e em parte conquistado, pela emergência das ciências da educação, que entretanto se consolidaram como campo científico completo e autónomo, com as suas próprias instituições universitárias, nomeadamente as faculdades de psicologia e ciências da educação, centros de investigação, revistas, associações científicas, congressos.

Será surpreendente para muitos a informação de que as ciências da educação têm hoje bastante mais doutorados do que a sociologia (756 contra 522, em 2007), sendo nesse ano a 8ª área científica com mais doutorados no país. Se o capital científico acumulado neste domínio é menor do que na sociologia (o mesmo não se dirá do seu capital simbólico em certos meios profissionais, como o dos professores), a verdade é que a pesquisa com essa sede disciplinar é já volumosa e significativa. Num estudo que compara os temas estudados e as metodologias seguidas pela sociologia da educação e pelas ciências da educação, Pedro Abrantes mostra que os caminhos por elas percorridos são diferentes, em larga medida (Abrantes, 2004).

Mas isso não impede que a primeira tenha perdido algum fulgor à medida que as segundas se foram afirmando no mundo académico, também porque alguns dos que inicialmente se definiam mais estritamente como sociólogos, integram hoje as fileiras dos cientistas da educação. A “questão fronteiriça” que aqui se coloca, e não é caso único como veremos adiante, não passa só pelas identidades científicas mutáveis dos investigadores da educação, nem pelos percursos teóricos e académicos que influenciam essas identidades. É uma questão de ordem mais geral, que se prende com as dinâmicas científicas e institucionais de competição e luta no campo mais amplo das ciências sociais.

²⁶ Um balanço da produção nesta área, que considero parcial e autocentrado, mas que, em todo o caso, deixo aqui referido, é o de Stephen Stoer e Almerindo Janela Afonso, “Vinte e cinco anos de sociologia da educação em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 1999. É incompreensível que numa bibliografia de perto de 130 títulos os autores esqueçam vários trabalhos de referência. É caso da tese de doutoramento de Maria Filomena Mónica, publicado em livro em 1978, nada mais, nada menos do que a primeira neste domínio; e de dois trabalhos de Ana Benavente: a tese de doutoramento, de 1985, publicada em livro em 1990 e o bem conhecido livro *Do Outro Lado da Escola*, por ela publicado em 1987 juntamente com António Firmino da Costa, Manuela Castro Neves e Fernando Luís Machado. Em contrapartida, abundam as referências bibliográficas próprias dos autores do texto, trinta e duas ao todo, em manifesta descoidência com a sua posição no campo sociológico.

Diferentes dos domínios anteriores por se constituírem mais tarde, nos finais dos anos 70 ou no início da década de 1980, são os que designei “novos domínios clássicos”. Porque o campo sociológico estava em crescimento, logo nessa fase, os primeiros contributos para estes domínios já não vêm só do GIS, entretanto transformado em ICS-UL. Eles já aparecem também do lado do CES-UC, do CIES-ISCTE e outros. Se é verdade que estes domínios são mais recentes do que os anteriores, eles transformaram-se entretanto também em clássicos, por duas razões: a data das primeiras pesquisas já é, apesar de tudo, “longínqua” e são, na maioria dos casos, domínios onde a investigação sociológica tem sido feita a muito bom ritmo desde o início porque têm atraído gerações sucessivas de investigadores.

O domínio do trabalho, emprego, organizações e profissões é, seguramente, um dos de maior produtividade e constância. Sem exaustividade, é fácil recensear duas dezenas de teses de doutoramento feitas ao longo dos anos por sociólogos de todas as unidades de investigação, incluindo as que têm uma posição mais periférica no campo sociológico tomado no seu conjunto.

Nesse número incluem-se vários investigadores do CIES-ISCTE (João Freire, autor da primeira tese de doutoramento sobre o tema defendida em Portugal, Maria de Lurdes Rodrigues, Alan Stoleroff, Luísa Oliveira, Paulo Pereira de Almeida, Luísa Veloso), e outros do ISCTE, que nunca pertenceram a este centro ou já não pertencem²⁷, do IS-FLUP (Carlos Gonçalves, Cristina Parente), do CES-UC (Elísio Estanque, Casimiro Ferreira, Hermes Costa) do SOCIUS-ISEG (Ilona Kovács, Sara Casaca, Marta Varanda), do CICS-UM (Ana Paula Marques, Ana Maria Duarte) e ainda outros, como é o caso de António Brandão Moniz, um dos principais nomes neste domínio, ligado à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e de José Baptista, dessa mesma faculdade, falecido em 1988, doutorado em sociologia na Hungria, tal como Ilona Kovács.

Surpreendentemente, não há nesta longa lista nenhum sociólogo do ICS-UL, lugar, no entanto, onde, também neste domínio, tudo começou. A primeira pesquisa empírica, feita “a quente” logo a seguir à revolução de Abril de 1974 sobre as “lutas sociais nas empresas”, foi assinada por Maria de Lourdes Lima dos Santos, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira, na altura todos investigadores do ICS-UL. A primeira e o terceiro seguiram outros caminhos de investigação e o segundo, muito activo durante vários anos, o que fez dele um “histórico” desta área, não chegou a doutorar-se e perdeu centralidade.

²⁷ É o caso de Maria João Rodrigues, que fez a tese de doutoramento sobre o sistema de emprego em Portugal, publicada em 1988, e premiada pela Fundação Calouste Gulbenkian. Em rigor, é uma tese de doutoramento em economia, feita por uma pessoa com formação de base e prática docente em sociologia. É o caso também de Maria Teresa Rosa, durante muitos anos investigadora do CIES-ISCTE, cuja tese, publicada em 1998, abordou o sindicalismo operário em Setúbal.

Tendo começado por se estudar o trabalho, os meios operários e o sindicalismo, os temas de pesquisa foram-se alargando para incluir o emprego e suas modalidades, as culturas de empresa, as mudanças tecnológicas e as dinâmicas organizacionais e, mais recentemente, as profissões. Se o trabalho operário parece ter desaparecido do horizonte dos interesses sociológicos, o sindicalismo reapareceu muito recentemente como objecto de pesquisa, com duas teses de doutoramento já publicadas²⁸. Não deixa de se estranhar que os sociólogos que trabalham nestes temas, com tão vastas capacidades de pesquisa instaladas, não se tenham até hoje interessado pelo mundo do trabalho na administração pública, afinal um dos grandes sectores empregadores no país.²⁹

Este é um domínio singular também pelo facto de se ter constituído quase como um campo autónomo dentro da sociologia, já que se dotou logo em 1985 de uma associação científica e profissional muito activa (APPSIOT), uma revista científica própria e uma oferta múltipla de cursos de pós-graduação e mestrado, muito procurados. A questão fronteiriça que se referiu atrás a propósito da investigação em educação, não se coloca aqui da mesma forma. Apesar de se falar por vezes de ciências do trabalho (categoria que já estaria na mente de quem, por outras razões, assim baptizou o ISCTE), não há qualquer paralelismo com a institucionalização plena atingida pelas ciências da educação. Dir-se-ia, antes, que a sociologia do trabalho, emprego, organizações e profissões, é daquelas em que a interacção com outras ciências sociais (economia, gestão, psicologia) será das mais frequentes.

No domínio da “cidade e território” também se observou, com o tempo, um processo de reconfiguração parcial da identidade científica e da orientação disciplinar dos investigadores que constituíram o núcleo fundador deste domínio, que há vinte anos se designava “sociologia urbana”. Tendo começado por formar um núcleo de estudos com esse nome no CIES-ISCTE, Vítor Matias Ferreira, Isabel Guerra e António Fonseca Ferreira, que mais tarde se afastou do ensino e da investigação, criaram em 1991, no ISCTE, o Centro de Estudos Territoriais (CET), de orientação marcadamente pluridisciplinar, que publica, desde 2000, a revista *Cidades*.

²⁸ Hermes Augusto Costa, *Sindicalismo Global ou Metáfora Adiada? Os Discursos e as Práticas Transnacionais da CGTP e da CUT*, defendida em 2005 na Universidade de Coimbra e publicada em livro, com o mesmo título, pelo Afrontamento em 2008; e Manuel Carvalho da Silva, *Centralidade do Trabalho e Acção Colectiva: Sindicalismo em Tempo de Globalização*, defendida em 2007 no ISCTE e publicada em livro pelo Círculo de Leitores e pela Temas e Debates, no mesmo ano, com o título *Trabalho e Sindicalismo em Tempo de Globalização: Reflexões e Propostas*.

²⁹ Um balanço de qualidade nesta área, embora já não muito recente, é o de António Casimiro Ferreira e Hermes Augusto Costa, “Para uma sociologia das relações laborais em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 1999. Mais antigo e mais abrangente em termos disciplinares é o levantamento feito por Maria João Rodrigues e Marinús Pires de Lima, “Trabalho, emprego e transformações sociais: trajectórias e dilemas das ciências sociais”, *Análise Social*, 95, 1987.

Aos temas de pesquisa iniciais, como o processo de formação histórica da Área Metropolitana de Lisboa, o acesso ao alojamento, as políticas de habitação, vieram juntar-se novos interesses e outros sociólogos, no próprio CET (Isabel Duarte, Teresa Costa Pinto, Walter Rodrigues) e noutras unidades de investigação, nomeadamente o CESNova (Luís Baptista) e o CES-UC (Carlos Fortuna, Paulo Peixoto). Passam a estudar-se também os processos de realojamento, os bairros sociais e as lógicas de apropriação do espaço, os programas de habitação social, actuais e passados, e, mais recentemente, as cidades médias, suas imagens e dinâmicas culturais. Este último desenvolvimento é especialmente importante, na medida em que acaba com a exclusividade de Lisboa enquanto objecto empírico, sendo em todo o caso de notar que o Porto praticamente não tem sido tomado como tal nesta óptica específica.

Único neste domínio, e na sociologia portuguesa no seu conjunto, é o papel desempenhado pelo Núcleo de Ecologia Social do LNEC (NESO-LNEC) e pelos seus investigadores. Já se disse atrás que eles conseguiram, mais do que quaisquer outros, uma articulação privilegiada com as ciências naturais e as tecnologias, mostrando o lugar activo que o conhecimento sociológico pode ocupar nessas áreas. Mas também se destacam pela precocidade, já que o NESO, então chamado Grupo de Ecologia Social, foi constituído ainda em 1985, antes da grande maioria das restantes unidades de investigação, CET incluído. Os seus investigadores (Paulo Machado, Maria João Freitas, entre outros) têm-se dedicado às questões do habitat urbano, a vários níveis, e ao estudo dos impactos sociais das grandes obras de engenharia e das percepções dos riscos tecnológicos e naturais.

No domínio da “política e estado”, tal como no da educação, e por razões homólogas, é progressivamente mais difícil definir fronteiras sociológicas à medida que a ciência política, disciplina de forte tradição no mundo francófono e anglófono, vai também fazendo o seu caminho no mundo académico e científico português. Se há uma década se falava habitualmente de sociologia política (chegou a existir na Associação Portuguesa de Sociologia uma secção com esse nome), hoje essa é uma designação disciplinar que parece ter desaparecido do léxico dos sociólogos que estudam a política, boa parte dos quais parece ter deixado deslizar subtilmente a sua identidade científica para a de cientista político ou politólogo.

O campo da ciência política tem-se consolidado rapidamente através do ensino universitário (licenciaturas, mestrados, programas de doutoramento) e, em menor ritmo, da investigação. Não existem centros exclusivamente dedicados a ela, mas há núcleos muito activos de cientistas políticos em unidades de ciências sociais, com destaque para o ICS-UL, com tradição neste domínio. Também não há presentemente uma revista científica própria, servindo a *Análise Social* e outras revistas como veículo de publicação, a nível nacional, das pesquisas

realizadas³⁰. Mas existe uma organização científica, a Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP), constituída em 1998, que realizou quatro congressos, em 1999, 2004, 2006 e 2008.

A juventude da disciplina em Portugal faz com que coexistam investigadores mais jovens, com doutoramentos em ciência política, maioritariamente obtidos no estrangeiro, com investigadores e académicos mais velhos com formação de base e doutoramentos noutras áreas, nomeadamente em direito, história ou sociologia³¹. Aliás, entre os sócios fundadores da APCP há sociólogos destacados, como António Teixeira Fernandes, Boaventura de Sousa Santos e Manuel Villaverde Cabral, o que só confirma o esborratamento da fronteira entre a sociologia e a ciência política. No mesmo sentido, pode interpretar-se a abertura, em 2006, de uma licenciatura em Ciência Política no ISCTE, integrada naquele que é, como já se referiu, o maior departamento de sociologia do país.

Dito isto, acrescente-se que o domínio da “política e estado” tem sido pesquisado nas principais unidades de investigação por um conjunto relativamente numeroso de investigadores, com uma agenda que abarca temas que vão do papel geral do estado na sociedade portuguesa, a construção e características do estado-providência, o poder local, as culturas políticas e a cidadania e, mais recentemente, os comportamentos eleitorais, os movimentos sociais e a administração pública.

Merecem destaque, neste domínio, os trabalhos da equipa do CES-UC, a começar pelos de Boaventura de Sousa Santos, cuja sociologia, pode dizer-se, é toda ela, intencionalmente, uma sociologia política e do estado (ponto a que voltarei na última parte) e que no livro *Estado e Sociedade em Portugal (1974-1988)*, publicado em 1990, deu um dos contributos mais valiosos para o conhecimento sociológico do país.

Da equipa do CIES-ISCTE, sobressai o trabalho de Juan Mozzicafreddo, que foi sendo sucessivamente pioneiro no estudo empírico do poder local, do estado-providência e mais recentemente da administração pública. Além destes, refiram-se os trabalhos sobre cultura política e cidadania de José Manuel Viegas e os numerosos estudos sobre comportamentos eleitorais de André Freire. Do lado do ICS-UL, para além da tese de António Barreto, de 1985, sobre o estado e a reforma agrária, a primeira neste domínio, refiram-se os estudos de Manuel Villaverde Cabral sobre cidadania e cultura política³². Por fim, mas não

³⁰ Chegou a existir, entre 1985 e 1989, uma *Revista de Ciência Política*, ligada ao Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, dirigida por José Manuel Durão Barroso.

³¹ Uma particularidade do campo da ciência política é a visibilidade pública e mediática que tem, desproporcionada relativamente ao seu capital científico propriamente dito, medido, por exemplo, pelo número de doutorados (100 em 2007), muito menor do que o da sociologia (522, na mesma data). Essa visibilidade deve-se, sobretudo, à combinação, por vezes na mesma pessoa, de três papéis sociais diferentes: o de político, o de comentador político e o de cientista. A ciência política parece assim ganhar em capital simbólico o que ainda lhe falta em capital científico.

³² Até se ter mudado para a Universidade Católica Portuguesa, da qual se tornou reitor em 2000, a equipa de sociologia política do ICS-UL contava também com Manuel Braga da Cruz, um

menos importantes, são os trabalhos de António Teixeira Fernandes, fundador da licenciatura de Sociologia da Universidade do Porto e do IS-FLUP, que há muito tem como temas de predilecção a política e o estado nas sociedades contemporâneas e publicou vários livros sobre a matéria.

No domínio da cultura, optei por uma distinção entre “culturas populares” e “culturas cultas”, apesar de sobre as primeiras haver muito menos trabalho feito do que sobre as segundas. Os sociólogos que têm estudado as culturas populares adoptam estratégias teórico-metodológicas que são uma imagem de marca da antropologia, como é o caso do trabalho de terreno de longa duração. Mas não há aqui nenhuma nova questão fronteiriça porque, verdade se diga, os antropólogos portugueses, com poucas excepções, não se têm mostrado interessados pelo tema.

É neste domínio que considero poderem situar-se três dos principais trabalhos de referência da sociologia portuguesa, a saber, a tese de doutoramento de José Madureira Pinto, publicada em 1985, com o título *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e Pesquisa Empírica*; a de Augusto Santos Silva, publicada em 1992, com o título *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*; e a de António Firmino da Costa, de 1999, intitulada *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*.³³ A apontar uma unidade de investigação onde o tema das culturas populares fez escola, apesar de ter cultores noutros sítios, será sem dúvida o IS-FLUP.

Já no domínio das “culturas cultas” há muitos mais investigadores, distribuídos por todos os principais centros de pesquisa. Os trabalhos fundadores pertencem a Maria de Lourdes Lima dos Santos (ICS-UL), que defendeu tese de doutoramento no ISCTE, em 1985, e se manteve sempre activa na investigação, mais ainda depois de, em 1996, ter passado a dirigir o Observatório das Actividades Culturais (OAC). Aí coordenou pessoalmente numerosas pesquisas sobre públicos e consumos culturais, políticas culturais, profissionais da cultura, equipamentos e eventos culturais, tendo, em 2007, sido substituída no cargo por José Machado Pais (ICS-UL).

Outro núcleo de investigação muito produtivo neste domínio é a do IS-FLUP (José Madureira Pinto, Augusto Santos Silva, João Teixeira Lopes, Natália Azevedo) que, a partir de meados dos anos 90, têm estudado continuamente,

investigador prolífico. Além da tese de doutoramento, uma das primeiras nesta área, Braga da Cruz publicou vários outros trabalhos neste domínio. A tese, defendida no ISCTE, em 1987, intitula-se *O Partido e o Estado no Salazarismo* e foi publicada em livro, em 1988, pela Presença, com o mesmo título.

³³ É claro que, como outras grandes pesquisas de referência, estas poderiam ser situadas em mais do que um domínio de investigação. Por razões de arrumação analítica, preferi, no entanto, nestas como em todas as outras publicações mencionadas, associá-las a um só domínio, tomado como principal.

em várias frentes, as características dos públicos e consumos culturais na cidade do Porto e mais alargadamente na região Norte. Sensivelmente com a mesma agenda geral, pautada pela actividade intensa do OAC, refira-se também a equipa do CES-UC, formada por Carlos Fortuna, Claudino Ferreira e Paula Abreu, que têm dado especial atenção à relação entre culturas urbanas e espaço público. Refira-se, por fim, a equipa do CIES-ISCTE, onde os mais activos têm sido António Firmino da Costa e Idalina Conde, esta também uma pioneira no domínio, com as suas pesquisas sobre arte, artistas e públicos, iniciadas ainda nos anos 80. Ambos têm sido colaboradores assíduos do OAC, tendo participado em várias das pesquisas aí promovidas³⁴.

Uma linha que diferencia internamente os sociólogos que se têm ocupado das “culturas cultas” é que, no trabalho de alguns deles, não há solução de continuidade entre as “cultas” e as “populares”, ou seja, ocupam-se da “cultura” no sentido mais abrangente e antropológico do termo, como é o caso de José Madureira Pinto, Augusto Santos Silva e António Firmino da Costa, ao passo que outros se especializaram nas primeiras.

O domínio da “família e do género” é, como o do trabalho, organizações e profissões, um dos mais prolíficos. Também aqui encontramos um grande número de teses de doutoramento, perto de dezena e meia nos últimos quinze anos, e investigadores muito activos em quase todas as unidades de investigação. São fortes as equipas do ICS-UL (Ana Nunes de Almeida, Karin Wall, Sofia Aboim) e do CIES-ISCTE (Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres, Cristina Lobo), equipas que têm mantido entre si, ao longo dos anos, práticas regulares de colaboração científica, mas também a do CES-UC (Virgínia Ferreira, Sílvia Portugal), onde se faz sentir mais do que em qualquer outro contexto a influência dos estudos de género (gender studies), e ainda a do CESNova (Manuel Lisboa, Elza Pais)³⁵. No IS-FLUP (Isabel Dias) e no CES-UA (Gilberta Rocha, Piedade Lalanda) a família e o género também têm sido objecto de investigação.

Os temas estudados têm-se diversificado progressivamente. Um dos mais trabalhados, tomado como objecto em várias teses de doutoramento, é o das estruturas e dinâmicas familiares em geral e em meios sociais e de classe específicos: famílias operárias, famílias rurais, famílias populares urbanas, famílias de empresários. Certos tipos familiares, como as famílias recompostas, ou certas práticas sociais como o divórcio, também mereceram a atenção dos sociólogos. Mais recentemente, surgem temas como a violência familiar, a conciliação entre

³⁴ Idalina Conde é também autora de dois textos de balanço sobre a produção sociológica neste domínio: “Cenários de práticas culturais em Portugal (1979-1995)”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 23, 1997 e “Cultura em Portugal nas últimas décadas” em Jorge Freitas Branco e Salwa Castelo Branco, *Vozes do Povo*, Oeiras, Celta, 2001. Outro texto de balanço a consultar é o de Carlos Fortuna, Claudino Ferreira e Paula Abreu, “Espaço público urbano e cultura em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 1999.

trabalho e vida familiar ou a relação entre gerações. Associado a vários dos temas anteriores está um outro, que é o das relações de género, mais concretamente os estudos sobre as mulheres no contexto da sociedade portuguesa.

Se bem que tenham algo de arbitrário, as designações adoptadas para os domínios de investigação sociológica em Portugal estão, na generalidade dos casos, longamente sedimentadas a nível internacional (educação, trabalho, classes sociais, juventude, etc.). Mas a designação deste domínio em particular, “família e género”, exige uma explicitação adicional. Juntar “família” e “género” não é prática habitual. O domínio do género adquiriu internacionalmente, sobretudo no mundo anglo-saxónico, total autonomia, a partir do momento que em que os “gender studies” se institucionalizaram quer no plano do ensino quer no plano da investigação, com departamentos, centros, revistas, associações e actividades de debate científico assim delimitados. E adquiriu também uma composição pluridisciplinar, que transcende largamente a sociologia.

Ora, em Portugal isso não aconteceu. A consagração universitária dos “gender studies” ou dos “women studies” é muito restrita e resume-se a um ou outro curso de mestrado e pós-graduação. Existe uma revista nesta área, *Ex-Aequo*, mas está sedeadada numa associação extra-universitária e não num departamento ou centro de investigação, embora a associação reúna muitos investigadores de várias universidades e disciplinas³⁶. Têm sido sobretudo os sociólogos, e os sociólogos da família em particular, embora não exclusivamente, que se têm ocupado do tema do género e das mulheres. É assim em quase todo o lado, no que ao campo sociológico diz respeito, com excepção do CES-UC, onde Virgínia Ferreira trouxe essa temática para Portugal e a tem pesquisado longamente, incluindo na tese de doutoramento que concluiu em 2004. Neste caso, portanto, a “questão fronteiriça”, que podia colocar-se e que se colocou noutros países, não é, até ao momento, uma questão significativa na sociologia portuguesa³⁷.

Mas há, por outro lado, uma questão de género na sociologia portuguesa que se dedica ao estudo da “família e género”. Tirando a primeira, que aconteceu ter sido defendida por um homem (ver Quadro 3), o que não deixa de ter significado sociológico, praticamente todas as outras teses de doutoramento neste domínio foram feitas por mulheres. E não só as teses, como a generalidade dos trabalhos

³⁵ É também da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas o autor da primeira tese de doutoramento sobre família feita em Portugal. Trata-se de Nelson Lourenço, hoje Reitor da Universidade Atlântica, que, em 1987, no ISCTE, defendeu a tese intitulada *Família Rural e Indústria. Mudança Social na Região de Leiria*.

³⁶ A *Ex-Aequo*, que se publica semestralmente desde 1991, através da Afrontamento, pertence à Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM), criada no mesmo ano e dirigida actualmente por Virgínia Ferreira.

³⁷ Para um bom texto de balanço sobre a situação das mulheres em Portugal ver Virgínia Ferreira, “Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 1999.

de pesquisa. Eis um tema interessante para uma sociologia da sociologia da família e do género. Se levarmos este exercício mais longe, como recentemente foi feito, verificamos que não são só os estudos sobre família e género que têm género. Por exemplo, no domínio da “estrutura e mudança social” ou das “classes sociais” quase não há investigadoras.³⁸

Os últimos três “novos domínios clássicos”, “pobreza e exclusão social”, “comunicação e media” e “valores”, por razões diferentes, e apesar de plenamente consolidados, não têm o ritmo de produção científica dos anteriores.

Os estudos sobre pobreza começam ainda na segunda metade da década de 1980 e constituem o único exemplo de um domínio de investigação sociológica inaugurado fora do contexto universitário, o que é digno de registo. Os dois primeiros trabalhos empíricos, conduzidos por Alfredo Bruto da Costa, que caracterizaram de forma extensiva, respectivamente, a pobreza em geral e a pobreza urbana, foram realizados no quadro do então chamado Departamento de Pesquisa Social do Centro de Reflexão Cristã, departamento que veio a autonomizar-se, em 1992, para dar origem ao Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS)³⁹. Sempre com a liderança de Bruto da Costa, que fez em 1993 a tese de doutoramento sobre o tema, a equipa do CESIS continua até hoje a pesquisar neste domínio, sendo responsável pelo último estudo extensivo sobre a pobreza, publicado já em 2008.

Nos anos 90, outra equipa de investigação começa a trabalhar regularmente nesta área. Constituída no CIES-ISCTE, essa equipa, em que se destaca pela continuidade de trabalho Luís Capucha, introduz em Portugal, num estudo de 1992, o conceito de exclusão social. Ainda durante os anos 90, Luís Capucha, que se doutoraria como uma tese neste domínio em 2005, conduz vários estudos de avaliação sobre políticas e programas de combate à pobreza. A título individual, refiram-se ainda as pesquisas de Eduardo Rodrigues (IS-FLUP) e Fernando Diogo (CES-UA), incluindo as respectivas teses de doutoramento. A pobreza e a exclusão social, ao contrário da generalidade dos temas até agora referidos, não têm suscitado o interesse dos investigadores do ICS-UL e do CES-UC, e isso sem dúvida contribui para que o ritmo da investigação não seja tão intenso como noutros domínios.

³⁸ Sobre este tema ver Sandra Mestre da Cunha, *Quem estuda o quê em Portugal? Uma análise da produção sociológica portuguesa numa perspectiva de género*, CIES-ISCTE, e-Working Papers, 51, 2008.

³⁹ O Centro de Reflexão Cristã, criado em 1974, reúne cristãos de diversas sensibilidades para fins de debate e reflexão. Presidido por Guilherme de Oliveira Martins, organiza regularmente ciclos de conferências e publica a revista *Reflexão Cristã*. A incursão pelas actividades de investigação por parte de alguns dos seus membros prolonga uma tradição de envolvimento de círculos de católicos leigos nas ciências sociais, de que Adérito Sedas Nunes foi um protagonista destacado, antes ainda de ter criado o GIS, em 1962. Sobre as actividades de investigação “para-sociológica” realizadas por Sedas Nunes nesses meios, nomeadamente o meio “jucista” (da Juventude Universitária Católica), ver Gomes (2005) e Ferreira (2006).

No domínio da “comunicação e media” ocorre um processo de reconfiguração interdisciplinar em tudo semelhante aos que mencionámos para a pesquisa sobre educação e sobre política e estado. As ciências da comunicação, em que tiveram papel pioneiro e ainda hoje liderante o Departamento de Comunicação da FCSH-UNL e o seu fundador, Adriano Duarte Rodrigues, constituem hoje uma área científica plenamente institucionalizada. Têm uma pujança que não é seguramente menor do que a das ciências da educação e, como estas, dotaram-se dos seus próprios departamentos, cursos, centros de investigação, revistas, associações, congressos, trazendo para esta área de pesquisa novos protagonistas, que rapidamente ultrapassaram em número e produção científica os sociólogos da comunicação, até aí estudiosos exclusivos do tema.^{40 41}

Talvez por isso alguns deles parecem ter a mesma vacilação identitária entre as duas áreas científicas que encontrámos em sociólogos da política, relativamente à ciência política, e em sociólogos da educação, relativamente às ciências da educação. Mas essa não é a única razão para a menor intensidade de trabalho neste domínio em comparação com outros “novos domínios clássicos”, até porque não há necessariamente uma relação de causa e efeito entre uma coisa e outra.

Razões mais próximas, diria, são, em primeiro lugar, o facto de no ISCTE, onde também cedo surgiu, sob a liderança de José Manuel Paquete de Oliveira, uma perspectiva mais estritamente sociológica da comunicação e dos media, tanto no ensino como na investigação, o primeiro se ter desenvolvido mais do que a segunda. Se o mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, criado em 1994 por Paquete de Oliveira, é uma referência a nível nacional, pela antiguidade, continuidade e qualidade da respectiva oferta e procura, a pesquisa neste domínio foi menos regular. A investigação feita por Paquete de Oliveira, para além da tese de doutoramento, a primeira na área, em 1988, não foi abundante e só mais recentemente, já no quadro do CIES-ISCTE, com José Rebelo e, sobretudo, com Gustavo Cardoso, se observa alguma intensificação⁴².

A segunda razão é a ausência do ICS-UL e do CES-UC deste terreno de pesquisa. A sua história, dimensão e centralidade no campo sociológico fariam

⁴⁰ O número de doutorados em ciências da comunicação é, contudo, bastante mais baixo do que o de doutorados em sociologia. Eram 121 em 2007, contra os já referidos 522 de sociologia e 756 de ciências da educação, na mesma data.

⁴¹ A afirmação social das ciências da comunicação é também favorecida pela sua visibilidade mediática fácil. Estudar o campo dos media facilita a mediatização de quem estuda e do que estuda, um pouco à imagem da atenção mediática dada àqueles jornalistas que se tornam escritores e recebem, mais facilmente do que outros escritores, essa atenção. A essa visibilidade, que granjeia capital simbólico, não corresponde necessariamente consistência científica.

⁴² Para uma apresentação breve do campo das ciências da comunicação ver José Rebelo, “As ciências da comunicação em Portugal: racionalizar e internacionalizar”, *Trajectos*, 11, 2007. Surpreendentemente, o autor não inclui o CIES-ISCTE na lista dos centros de investigação da área aí identificados.

pensar que este tema, como muitos outros, se desenvolveria aí “naturalmente”. Mas assim não foi. Nem o estudo dos media nem o da comunicação em geral atraiu sociólogos dessas instituições, que causa perplexidade quando se pensa na omnipresença dos media, velhos e novos, nas sociedades contemporâneas.

Para além da equipa do CIES-ISCTE, compete mencionar também os trabalhos de Moisés Lemos Martins do CICS-UM. Ocasionalmente há trabalhos feitos por investigadores do CESNova, inserido numa faculdade onde, como disse, está o núcleo pioneiro das Ciências da Comunicação, que, além de um departamento, dinamiza um centro de investigação e a revista científica mais antiga da área, a *Revista de Comunicação e Linguagens*.

Quanto ao domínio dos “valores”, onde também só em duas instituições, principalmente o ICS-UL e complementarmente o CIES-ISCTE, há investigadores activos, e que teve num estudo feito por João Ferreira de Almeida, em 1990, para a Fundação Calouste Gulbenkian, a obra fundadora, pode dizer-se que é previsível que o ritmo de produção sociológica acelere rapidamente.

Assentando a investigação neste domínio em metodologias extensivas de larga escala, a participação de investigadores do ICS-UL, e também do CIES-ISCTE, em grandes consórcios de pesquisa internacional, como o International Social Survey Program, o European Values Study e o European Social Survey, parece garantir esse crescimento rápido, não falem os recursos para financiar a continuação dessa participação. Trata-se de um domínio em que, por outro lado, existe a vantagem de a internacionalização da pesquisa, seja a dos sujeitos seja a dos objectos, ser um dado e uma condição de partida⁴³. O estudo comparativo das estruturas de valores, seus enraizamentos sociais e dinâmicas evolutivas, é aqui o tema de investigação por excelência.

Falta mencionar os que designei “domínios recentes consolidados”. Não é certo que, além dos mencionados, não se pudesse acrescentar outros, que têm progressivamente sido introduzidos por novas gerações de investigadores e não só. Mas não se trata de inventariar apenas novidades, e sim novidades que já se consolidaram o suficiente para se poder prever, sem erro, a continuidade de trabalho. É esse seguramente o caso da “saúde”, “ciência”, “imigração e etnicidade” e “ambiente”. Em qualquer deles há, por exemplo, várias teses de doutoramento.

Dos quatro, o domínio da “imigração e etnicidade” é, sem dúvida, o mais produtivo. Dir-se-ia até que é um caso singular de desenvolvimento científico. Sendo o primeiro trabalho publicado apenas de 1989, um artigo sobre a imigração africana da autoria de Ana de Saint-Maurice (CET) e Rui Pena Pires (CIES-ISCTE), a investigação sociológica tem crescido exponencialmente, contando-se já perto de uma dezena de teses de doutoramento. Pela data, é um domínio recente, mas pela produção ombreia com os mais activos domínios clássicos.

⁴³ O facto de os dados recolhidos pelo European Social Survey serem de acesso livre é outra razão para que se possa prever o crescimento da investigação sociológica neste domínio.

Diga-se de passagem que a procura do tema está muito longe de se cingir aos sociólogos. Uma bibliografia recentemente organizada sobre a produção das ciências sociais e humanas em geral nesta área, em Portugal, no período de 2000 a 2008, inventariou mais de 700 referências, o que será provavelmente inédito a nível nacional.⁴⁴

Apesquisa sobre imigração e etnicidade está solidamente “institucionalizada” em várias unidades de investigação: no CIES-ISCTE (Fernando Luís Machado, Rui Pena Pires, Maria Manuela Mendes), CES-UC (Maria Ioannis Baganha, José Carlos Marques, Pedro Góis), CESNova (Margarida Marques), SOCIUS-ISEG (João Peixoto). Outros sociólogos, em unidades mais pequenas (CESIS, CICS-UM), vão também acumulando trabalho na área, sendo de notar, com alguma surpresa, a ausência de investigação sociológica sobre o tema no ICS-UL e no IS-FLUP. Os objectos estudados vão dos fluxos migratórios e das análises de composição social de população migrantes, incluindo migrantes laborais de várias origens nacionais, mas também migrantes qualificados, até às dimensões políticas da imigração, passando pelos processos de integração e etnicização dos migrantes e pela situação social dos descendentes de imigrantes⁴⁵.

Os outros três não têm esta intensidade de trabalho, mas estão firmemente constituídos, como disse, no campo da investigação sociológica. Dois deles fazem uma pouco comum articulação, directa ou potencial, com as ciências e tecnologias da natureza. É o caso do “ambiente” e da “saúde”. Tal articulação, só a encontráramos no domínio da “cidade e território”, protagonizada pelo Núcleo de Ecologia Social do LNEC (NESO-LNEC).

Pois também aqui o NESO-LNEC aparece como um dos núcleos de investigação sociológica relevantes. A continuidade, a este nível, entre “cidade e território” e “ambiente” é óbvia. Não sendo o único investigador que nessa unidade se ocupa do tema, destaque-se o trabalho de João Lutas Craveiro, autor do primeiro trabalho empírico no domínio e entretanto já doutorado com uma tese sobre “ambiente”, defendida em 2006 na Universidade Nova de Lisboa. O outro núcleo de investigação importante é o que se reúne em torno do Observatório do Ambiente (Observa) constituído por sociólogos do ICS-UL e do ISCTE.

O dinamismo do Observa numa certa fase deu origem a dois inquéritos nacionais sobre a relação dos portugueses com o ambiente, ambos coordenados por João Ferreira de Almeida, e a vários trabalhos de pesquisa aplicada. Além de João Ferreira de Almeida, refram-se Joaquim Gil Nave, do ISCTE, autor da primeira tese de doutoramento neste domínio, em 2000; Luísa Schmidt (ICS-

⁴⁴ Fernando Luís Machado, Joana Azevedo, Ana Raquel Matias, *Bibliografia sobre Imigração e Minorias Étnicas em Portugal, 2000-2008*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008 (edição em CD-ROM).

⁴⁵ Para um balanço ver Maria Ioannis Baganha e Pedro Góis, “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 1999.

UL) com um longo trabalho científico, jornalístico e de divulgação nesta área, incluindo a sua tese de doutoramento publicada em 2003, sobre o ambiente nos media, particularmente na televisão; e as pesquisas de Aida Valadas de Lima, durante muitos anos investigadora do ICS-UL e hoje apenas docente do ISCTE e colaboradora do Observa.

No domínio da “saúde” os trabalhos pioneiros são ainda da década de 1980. Um nome e uma instituição aparecem associados ao arranque da pesquisa sociológica nesta área: Graça Carapinheiro e o CIES-ISCTE. Ela é autora de um dos dois primeiros trabalhos empíricos nesta área, em 1987, fez a tese de doutoramento neste domínio em 1989, e depois continuou a investigar e a publicar com regularidade. Ainda no CIES-ISCTE juntou-se-lhe, entretanto, Noémia Lopes, doutorada em 2003. Outros grupos de pesquisa neste domínio são o do CES-UC, com os trabalhos de João Arriscado Nunes, que associam sociologia da saúde e sociologia da ciência, e o do CICS-UM, com as investigações de Maria Engrácia Leandro. Os temas estudados são as políticas de saúde, as profissões e relações profissionais no campo médico, as doenças, as práticas de automedicação.

No domínio da “ciência”, finalmente, os primeiros textos publicados, no final dos anos 80, tinham por objecto a divulgação científica e como autores Fernando Luís Machado e Idalina Conde do CIES-ISCTE. A partir de meados dos anos 90, a investigação sociológica sobre a ciência intensifica-se neste centro com vários projectos e publicações de outros investigadores que se tornaram especialistas no tema, nomeadamente António Firmino da Costa e Patrícia Ávila.

Há trabalho continuado neste domínio também no CES-UC, por parte de Boaventura de Sousa Santos, João Arriscado Nunes e, mais recentemente, Tiago Pereira, autor da primeira tese de doutoramento na área. O primeiro tem-se dedicado mais à reflexão epistemológica, os dois restantes dedicados mais directamente à investigação empírica, embora Arriscado Nunes também acompanhe Boaventura de Sousa Santos na epistemologia. O terceiro núcleo relevante neste domínio é o do ICS-UL, personificado por Hermínio Martins, José Luís Garcia e Ana Delicado. Os temas de pesquisa destes vários grupos de investigadores incluem as políticas científicas, a composição e as práticas da comunidade científica, os estudos de laboratório, a ciência e a tecnologia, os públicos da ciência, a difusão da cultura científica, os museus de ciência. Note-se que, até ao momento, apesar da já substancial produção sociológica neste domínio, as ciências sociais ou a sociologia em particular não foram constituídas em objecto de investigação pelos sociólogos da ciência.

Identificada e comentada a produção sociológica em Portugal nestes dezoito domínios, classificados em três tipos, que, repito, constituem apenas uma forma, entre outras possíveis, de descrever e analisar a sociologia portuguesa, é preciso referir, para terminar, o que ficou fora do quadro sinóptico traçado. O que falta dizer pode arrumar-se em dois tópicos: temas emergentes, mas ainda

não consolidados; e declínios, vazios e impasses na agenda da investigação sociológica.

Sendo a agenda da investigação sociológica um processo em aberto, sujeito a múltiplas determinações internas e externas ao campo científico, é normal que vão surgindo regularmente novos temas de pesquisa. Por isso se pode falar de temas emergentes, temas que já são trabalhados por alguns investigadores e unidades de investigação, há alguns anos, mas que ainda não se consolidaram como domínios de investigação sociológica como os dezoito anteriormente caracterizados.

Eis alguns desses objectos emergentes e os investigadores e unidades de investigação que os têm pesquisado: envelhecimento e velhice (Ana Fernandes, do CESNova, que, entre outros trabalhos, fez a tese de doutoramento sobre o tema em 1995; Paulo Machado, do NESO-LNEC, e Luísa Pimentel, do CIES-ISCTE, ambos com teses de doutoramento em 2007); drogas e toxicodependência (Anália Torres do CIES-ISCTE, com pesquisas de fundo nos anos 2000 e Artur Valentim, da Universidade Atlântica, pioneiro na abordagem sociológica do tema); literacia (Ana Benavente, do ICS-UL, que dirigiu um grande estudo nacional sobre o assunto, em 1996, e Patrícia Ávila, do CIES-ISCTE, com tese de doutoramento em 2005); infância (Manuel Sarmento e Manuel Pinto, da Universidade do Minho, numa perspectiva não estritamente sociológica, o segundo com uma tese de doutoramento em 1995; e Sílvia Saramago, do CIES-ISCTE, doutorada em 2005); delinquência e criminalidade (destacam-se os trabalhos de pesquisa aplicada de investigadores ligados, no passado ou no presente, ao actual CESNova, como Nelson Lourenço, Manuel Lisboa, Maria João Leote de Carvalho; os estudos de Eduardo Viegas Ferreira, do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, que publica continuamente desde meados dos anos 90, incluindo a tese de doutoramento, de 2005; e a tese de doutoramento de Pedro Moura Ferreira, do ICS-UL, em 1999, sobre juventude e desvio).⁴⁶

⁴⁶ As respectivas referências bibliográficas são as seguintes: sobre velhice e envelhecimento – Ana Fernandes, *Velhice, Envelhecimento Demográfico e Relações Intergeracionais*, Universidade Nova de Lisboa, tese publicada em livro pela Celta, em 1997, com o título *Velhice e Sociedade. Demografia, Família e Políticas Sociais em Portugal*; Paulo Machado, *As Malhas que a (C)idade Tece: Mudança Social, Envelhecimento e Velhice em Meio Urbano*, Universidade Nova de Lisboa, 2007; Luísa Pimentel, *A Prestação de Cuidados a Pessoas Idosas Dependentes: uma Análise das Relações Familiares Intergeracionais e de Germanidade*, ISCTE, 2007.

Sobre drogas e toxicodependência – Artur Valentim, “Percepção social do consumo de drogas: inquérito às paróquias”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 21, 1996, entre outros do mesmo autor; Anália Cardoso Torres e Maria do Carmo Gomes, *Drogas e Prisões em Portugal*, Lisboa, CIES-ISCTE, 2002 e Anália Torres e Ana Marques Lito (orgs.), *Consumos de Drogas. Dor, Prazer e Dependências*, Lisboa, Fim de Século, 2008.

Sobre literacia – Ana Benavente, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação, 1996; Patrícia Ávila, *Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*, Lisboa, ISCTE, 2005.

Por outro lado, e por efeito dos mesmos factores internos e externos de formação e transformação das agendas da investigação sociológica, há impasses, vazios e declínios. E nesses vazios e declínios há ainda duas situações diferentes: aqueles em que parece desenharem-se inversões de tendência e outros em que os temas em causa parecem ter “morrido”, não necessariamente por falta de objecto empírico, mas por falta de sujeitos de investigação.

Dois situações de impasse, isto é, domínios que não parecem conseguir implantar-se, são a da sociologia do direito e a da sociologia económica.

No caso da sociologia do direito, os primeiros trabalhos de Boaventura de Sousa Santos remontam ao início anos 80 (e se contarmos a tese de doutoramento, ao ano de 1973) e os de António Casimiro Ferreira (também do CES-UC) e Pierre Guibentif (CET, ISCTE) são dos anos 90. A constituição do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa no CES-UC, com financiamento do Ministério da Justiça, foi, recorde-se, em 1996. Mas mesmo assim, tirando o CES-UC, onde os dois investigadores referidos têm feito regularmente pesquisa neste domínio, incluindo a tese de doutoramento de António Casimiro Ferreira, em 2003, a sociologia do direito não se alargou a mais centros e a mais investigadores e, por isso, não se consolidou⁴⁷.

Num texto em que avaliam a situação da sociologia do direito em Portugal, António Casimiro Ferreira e João Pedroso reconhecem as dificuldades de institucionalização deste domínio de pesquisa, mas mesmo assim avançam com uma longa bibliografia. Só que, em rigor, muita dessa bibliografia remete mais para estudos sócio-jurídicos feitos por não sociólogos do que para a produção científica de sociólogos que façam sociologia do direito como outros fazem sociologia da juventude, das classes sociais ou da saúde⁴⁸.

Sobre infância – Manuel Pinto, *A Televisão no Quotidiano das Crianças*, Porto, Afrontamento, 2000 (tese de doutoramento defendida em 1995, em Braga), Manuel Pinto e Manuel Sarmento (orgs.), *As Crianças: Contextos e Identidades*, Braga, Instituto de Estudos da Criança, 1997 e Manuel Sarmento e Ana Beatriz Cerisera, *Crianças e Miúdos. Perspectivas Sociopedagógicas da Infância e Educação*, Porto, Asas, 2004; Sílvia Saramago, *O Protagonismo das Crianças*, Lisboa, ISCTE, 2005.

Sobre delinquência e criminalidade – Nelson Lourenço e Manuel Lisboa, *Dez Anos de Crime em Portugal. Análise Longitudinal da Criminalidade Participada às Polícias, 1984-1993*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, 1998; Nelson Lourenço, Manuel Lisboa e Graça Frias, “Crime e insegurança: delinquência urbana e exclusão social”, *Sub-Judice*, 13, 1998; Maria João Leote de Carvalho, *Entre as Malhas do Desvio. Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências*, Oeiras, Celta, 2003; Eduardo Viegas Ferreira, *Crime e Insegurança em Portugal: Padrões e Tendências (1985-1996)*, Oeiras, Celta, 1998 e *Vulnerabilidade Diferencial e Insegurança*, Lisboa, ISCTE, 2005 (tese de doutoramento); Pedro Moura Ferreira, *Desvio e Juventude. Causas Sociais da Delinquência Juvenil*, Lisboa, ISCTE, 1999.

⁴⁷ No ISCTE, Pierre Guibentif é um caso isolado.

⁴⁸ António Casimiro Ferreira e João Pedroso, “Entre o passado e o futuro: contributos para o debate sobre a sociologia do direito em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 1999.

A sociologia económica, por sua vez, sendo um domínio, tal como de resto a sociologia do direito, com grande implantação a nível internacional (recorde-se, a propósito, que uma das obras clássicas da sociologia se intitula *Economia e Sociedade*), tem fraca expressão em Portugal. Ultimamente, assistiu-se a esforços para a sua afirmação oriundos de investigadores do SOCIUS-ISEG (Rafael Marques, João Peixoto), não por acaso sociólogos que trabalham num meio de economistas. Editaram uma colectânea de textos internacionais de referência e um artigo que faz a apresentação e o balanço da produção portuguesa na área.⁴⁹ Só que, à excepção de trabalhos do próprio SOCIUS-ISEG e de textos ocasionais de investigadores de outros centros, o que se faz é o “re-batismo” como sociologia económica de pesquisas cujos autores e a comunidade sociológica em geral classificam como sociologia do trabalho e das organizações, sociologia da pobreza e exclusão social ou mesmo sociologia das migrações. Tal como a sociologia do direito, a sociologia económica ainda se restringe, no essencial, a uma só unidade de investigação, e daí a sua dificuldade de consolidação⁵⁰.

Os domínios declinantes, que já foram objecto de grande atenção por parte dos sociólogos no passado e que deixaram de o ser, são a religião, a emigração e o mundo rural. Os dois primeiros dão sinais de renascer como objectos de pesquisa. O terceiro é hoje um domínio vazio.

Se recuarmos aos estudos promovidos pela Igreja Católica, a partir dos anos 50, sobre as práticas religiosas dos portugueses, movida pela preocupação com a crescente laicização da sociedade, podemos considerar a sociologia da religião um domínio fundador da investigação sociológica em Portugal, mais exactamente, da investigação sociológica aplicada. Dir-se-ia até que é um domínio pré-fundador, na medida em que precede a constituição do próprio GIS. A prática da sociologia “católica” prolongava-se a actividades de ensino, já que em muitos “seminários maiores” eram ministradas disciplinas de sociologia, em alguns casos já em finais dos anos 40. É justamente sobre esta largamente desconhecida sociologia religiosa que incide o primeiro trabalho de fundo sobre a história da sociologia portuguesa (Ferreira, 2006).

O autor mostra também que a entrada da sociologia religiosa no mundo universitário deve-se, primeiramente, ao jesuíta Augusto da Silva, que a introduziu em Évora, nos anos 70, no já referido Instituto Superior Económico e Social de Évora (ISESE) e mais tarde no departamento de sociologia da Universidade de Évora. Nas unidades de investigação mais centrais no campo sociológico,

⁴⁹ Ver Rafael Marques e João Peixoto, *A Nova Sociologia Económica: Uma Antologia*, Oeiras, Celta, 2003 e João Peixoto e Rafael Marques, “A sociologia económica em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, 2003.

⁵⁰ Um “apoio” de peso na afirmação da sociologia económica em Portugal foi a publicação recente por João Freire, fundador do domínio do trabalho, organizações e profissões, de um livro intitulado *Economia e Sociedade. Contributos para uma Sociologia da Vida Económica em Portugal na Viragem do Século*, Lisboa, Celta, 2008.

a sociologia da religião só tem merecido a atenção de investigadores do ICS-UL, antigos (como Manuel Luís Marinho Antunes) ou actuais (José Barreto), mas sobretudo de sociólogos do IS-FLUP, a começar pelo seu fundador, António Teixeira Fernandes, que além de ter feito o doutoramento neste domínio, em 1972, tem continuado a publicar com regularidade sobre o tema. O facto de se terem publicado em anos recentes vários trabalhos de fôlego de sociologia da religião, incluindo a tese de doutoramento de Helena Vilaça do IS-FLUP, leva a pensar que é um domínio que pode renascer.⁵¹

Quanto à emigração, ela foi objecto de investigação corrente nos anos 70 e 80 em correspondência plena com a importância do fenómeno na sociedade portuguesa. Mas a partir dessa altura tal correspondência deixou de existir. A emigração continuou a ser uma realidade de primeira importância em Portugal, mas os sociólogos foram-se-lhe dedicando cada vez menos. A emergência da sociologia da imigração, com a força que atrás mencionámos, contribuiu para colocar a emigração em segundo plano, até porque alguns dos sociólogos que a estudavam passaram a interessar-se mais pela primeira.

Encontramos na *Análise Social*, nessas décadas, vários artigos sobre emigração assinados por José Carlos Ferreira de Almeida, Manuel Luís Marinho Antunes e Maria Beatriz Rocha-Trindade, todos eles na altura investigadores do ICS-UL. Ainda na *Análise Social*, na primeira metade dos anos 1990, há vários textos de Maria Ioannis Baganha (CES-UC), que se doutorara, em 1990, com uma tese sobre emigração portuguesa nos EUA. Também João Peixoto (SOCIUS-ISEG) publica vários trabalhos sobre o tema nesses anos iniciais da década de 90, bem como Paulo Filipe Monteiro, sociólogo, docente e investigador do Departamento de Comunicação da FCSH-UNL⁵². Mas é já uma produção

⁵¹ Eis algumas referências bibliográficas: António Teixeira Fernandes, *Relações entre e Igreja e o Estado no Estado Novo e no Pós 25 de Abril de 1974*, Porto, Afrontamento, 1999 e *Formas de Vida Religiosa nas Sociedades Contemporâneas*, Oeiras, Celta, 2001; José Barreto, *Religião e Sociedade. Dois Ensaios*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002. A tese de doutoramento de Helena Vilaça, defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2003, foi publicada em 2006 pela Afrontamento com o título *Da Torre de Babel às Terras Prometidas: Pluralismo Religioso em Portugal*. Ver ainda António Joaquim Costa, *Sociologia dos Novos Movimentos Eclesiais. Focolares, Carismáticos e Neocatecumenais*, Porto, Afrontamento, 2006, resultado de uma tese de doutoramento defendida, em 2004, na Universidade do Minho e o livro recente de Octávio de Medeiros, investigador do CES-UA, intitulado *Entre o Culto e o Sentido. Fé Professada, Celebrada e Vivida em Meio Urbano*, Ponta Delgada, Instituto de Cultura Católica, 2008. A tese de doutoramento de António Teixeira Fernandes defendida na Universidade Gregoriana, em Roma, em 1972, foi publicada com o título *Religião na Sociedade Secularizada. Factores Sociais na Transformação da Personalidade Religiosa*, Porto, Livraria Civilização Editora, no mesmo ano.

⁵² Exemplos de alguns desses textos: Manuel Luís Marinho Antunes, “Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários”, *Análise Social*, n.º 30/31, 1970; Maria Beatriz Rocha-Trindade, “Comunidades emigrantes em situação dipolar: análise de três casos de emigração especializada para os EUA, para o Brasil e para França”, *Análise Social*, n.º 48, 1976; Maria Ioannis Baganha, “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”, *Análise Social*, 128, 1994; João Peixoto, “Migrações e mobilidade: as novas

declinante e, a partir da segunda metade dessa década, a sociologia da emigração desvanecese-se, aparecendo apenas textos pontuais de retrospectiva e balanço⁵³.

Num desses textos, Maria Ioannis Baganha e Pedro Góis (CES-UC) não hesitam em qualificar como “escassa” a produção científica portuguesa sobre emigração, e não se referem apenas ao período mais recente ou só à sociologia, mas a todos os períodos e às várias ciências sociais. Tal como no domínio da religião, há, contudo, sinais de renascimento. Foram realizadas recentemente duas teses de doutoramento sobre o tema, o que já não acontecia há muito, foi criado em 2008, como se viu, o Observatório da Emigração e a emigração em si tornou-se outra vez tão significativa que dificilmente permanecerá invisível.⁵⁴

O terceiro domínio declinante referido, a sociologia rural, pelo contrário, não dá sinais de retoma, e por isso se pode falar de um vazio de produção sociológica. Mas já foi um tema nobre da sociologia portuguesa. Além dos elementos de sociologia rural em trabalhos de referência como as teses de doutoramento de José Madureira Pinto, João Ferreira de Almeida e Augusto Santos Silva, há outras teses de doutoramento marcantes neste domínio. Afonso de Barros (ISCTE), uma das figuras da geração fundadora da sociologia portuguesa, fez a sua sobre o percurso de uma comunidade alentejana entre o latifundismo e a reforma agrária, em 1986; Pedro Hespanha (CES-UC) doutorou-se com uma tese sobre a evolução dos sistemas fundiários em Portugal, em 1990; e Manuel Carlos Silva (CICS-UM) com uma tese sobre o campesinato do Norte, em 1994, que lhe valeu a primeira edição do prémio Sedas Nunes, instituído pelo ICS-UL.

Um exemplo que ilustra cabalmente a atenção que era dada à sociologia rural há duas décadas é o número temático sobre agricultura familiar da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, publicado em 1981, onde, entre outros, encontramos

formas da emigração portuguesa a partir de 1980”, em AA.VV., *Emigração-Imigração, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Fragmentos, 1993; Paulo Filipe Monteiro, *Emigração. O Eterno Mito do Retorno*, Oeiras, Celta, 1994. A tese de doutoramento de Maria Ioannis Baganha foi publicada em 1990, em inglês, com o título *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*, Nova Iorque, Garland Publishing Inc..

⁵³ Ver João Peixoto, “A emigração”, em Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Volume 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999; Maria Ioannis Baganha, “A emigração portuguesa no pós II Guerra Mundial”, em António Costa Pinto (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Sequitur, 2000 e José Luís Garcia (org.), *Portugal Migrante. Emigrantes e Imigrados. Dois Estudos Introdutórios*, Oeiras, Celta, 2000.

⁵⁴ Ver Maria Ioannis Baganha e Pedro Góis, “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 1999. As teses de doutoramento referidas foram realizadas por José Carlos Marques (CES-UC), em 2006, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, publicada em livro com o título *Os Portugueses na Suíça. Migrantes Europeus*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008; e por José Ricardo Carvalheiro, em 2007, na Universidade da Beira Interior, publicada em livro com o título *Do Bidonville ao Arrastão. Media, Minorias e Etnicização*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

contributos de Afonso de Barros, João Ferreira de Almeida, Boaventura de Sousa Santos, Manuel Villaverde Cabral e José Madureira Pinto, ou seja, quase o pleno dos sociólogos de referência da primeira geração. Outros contributos regulares para a sociologia rural durante anos foram os de Aida Valadas de Lima (ex-ICS-UL, hoje docente do ISCTE). Uma pesquisa notável e precoce neste domínio foi o trabalho de licenciatura de Paulo Filipe Monteiro na serra da Lousã, feito no ISCTE e publicado em livro. Mas o interesse sociológico esvaiu-se, muito mais depressa do que o mundo rural, e ficou um domínio vazio.⁵⁵

Como acabámos de ver, a investigação sociológica em Portugal e os seus domínios de aplicação constituem uma realidade movente. Por um lado, por razões internas, que passam pelas escolhas dos investigadores no curso do seu trajecto científico, que às vezes começam a ser construídas bem cedo, ainda durante o percurso formativo, e pelas escolhas das próprias instituições científicas, que definem estratégias, linhas de investigação e prioridades. Podem ainda classificar-se como internas ao campo sociológico as influências recebidas da sociologia internacional, em termos de teorias, autores e problemas de pesquisa.

Por outro lado, por razões externas, que são de dois tipos: externas ao campo sociológico, mas internas ao campo das ciências sociais; e duplamente externas, isto é, factores que actuam de fora do campo científico globalmente considerado. Exemplos das primeiras são os que se referem às relações de competição, mais ou menos directa – não excluindo que possa haver também relações de cooperação –, entre a sociologia e outras ciências sociais, concretamente as ciências da educação, a ciência política e as ciências da comunicação, que deixámos ilustradas atrás. O segundo tipo de factores externos tem a ver com as procuras institucionais da investigação sociológica e o modo como elas condicionam a sua agenda. Voltarei a este ponto nas notas finais.

⁵⁵ A tese de Afonso de Barros, defendida no ISCTE, foi publicada em livro com o título *Do Latifundismo à Reforma Agrária. O Caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. A de Pedro Hespanha foi publicada com o título *Com os Pés na Terra. Práticas Fundiárias da População Rural Portuguesa*, Porto, Afrontamento, 1994. A de Manuel Carlos Silva, concluída em Amesterdão, foi também publicada pela Afrontamento, em 1998, com o título *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*. De Aida Valadas de Lima ver, por exemplo, “A agricultura a tempo parcial: uma primeira aproximação à sua quantificação”, *Análise Social*, 91, 1986. O livro de Paulo Filipe Monteiro intitula-se *Terra que Já Foi Terra. Análise Sociológica de Nove Lugares Agro-Pastoris da Serra da Lousã*, Lisboa, Salamandra, 1985. Num texto sobre emergências e declínios da agenda sociológica em Portugal, Mendes (2002) aponta justamente o vazio em que se tornou este domínio, dando o exemplo certo do pouco que se sabe sobre os jovens do mundo rural, apesar de se dispor de tantos estudos de sociologia da juventude.

Dois geradores institucionais de investigação sociológica

Aos cinquenta anos de “idade”, a investigação sociológica em Portugal é praticada em várias instituições científicas, por algumas centenas de investigadores, dos quais um número crescente é titular de um doutoramento. Essas instituições científicas estão estreitamente associadas a estruturas de ensino (departamentos, faculdades, escolas), onde, sobretudo ao nível pós-graduado, cada vez mais os estudantes fazem parte da sua formação em contexto real de pesquisa no quadro dessas instituições. Ao ensino e investigação juntam-se os meios de difusão regular de conhecimento sociológico especializado (revistas científicas, livros, actividades regulares de encontro e debate científico) e mecanismos de auto-regulação científica e profissional (associações), tornando-se desse modo um campo científico completo.

Por isso se pode afirmar que a sociologia portuguesa atingiu uma fase de institucionalização avançada, tendo-se dotado de uma capacidade de produção de conhecimento e de auto-reprodução institucional notáveis. Anualmente, agregam-se às várias unidades científicas algumas dezenas de novos bolseiros de doutoramento e pós-doutoramento, iniciam-se ou completam-se dezenas de novos projectos de investigação, estabelecem-se ou reforçam-se redes de investigação, elaboram-se centenas de publicações preliminares ou acabadas e outras tantas comunicações em encontros científicos. Bolseiros, projectos, redes, publicações e comunicações, são realidades crescentemente internacionalizadas.

Olhando para dentro do campo sociológico em Portugal, percebe-se que, como em qualquer outro processo social, a sua institucionalização avançada se faz também de diferenciação interna. Defendo aqui, em concreto, que a capacidade produtiva atingida pela sociologia portuguesa é alimentada, sobretudo, pelo trabalho específico de dois geradores institucionais de investigação sociológica, isto é, combinações institucionais específica de estilos, temas e protagonistas, individuais e colectivos, de trabalho sociológico. A sua capacidade de reprodução interna assegura a sua capacidade externa de produção sociológica e de marcação da respectiva agenda.

Materializando aquilo a que Sedas Nunes chamava conflitualidade interna das ciências sociais (Nunes, 1971), estes geradores mantêm entre si relações de competição e conflitualidade científica, competição e conflitualidade que podem também existir, embora em menor grau, no seu interior. Cada um deles é constituído por mais do que uma instituição, ocupando uma ou mais dessas instituições uma posição de liderança. Algumas instituições são mais monolíticas, outras são-no menos e, nessa medida, pode haver investigadores individuais ou equipas de investigadores com afinidades como pares do gerador rival. Os temas trabalhados em cada gerador podem ser os mesmos. Como vimos no ponto anterior, há domínios de investigação sociológica a que se dedicam sociólogos de todas as unidades de investigação, das mais centrais às mais periféricas. Nesses

casos, são os “estilos” de sociologia que são diferentes. Mas também há temas preferenciais em cada gerador.

Os dois geradores diferenciam-se entre si a vários níveis: além das instituições que os constituem, são diferentes as orientações disciplinares, as orientações epistemológicas e metodológicas, as estratégias analíticas substantivas, as referências teóricas internacionais, os modos de internacionalização e os padrões de citação científica. Designando-os pelas estratégias analíticas seguidas, podemos chamar a um “gerador sócio-cultural” e ao outro “gerador político-social” (Quadro 5). As características que lhes atribuo não têm um carácter exclusivo, mas predominante, isto é, podem encontrar-se mais frequentemente num gerador, mas não estão necessariamente ausentes do outro.

O gerador sócio-cultural (GSC) é historicamente o primeiro, uma vez que é nele que se situa predominantemente a investigação sociológica feita no ICS-UL, herdeira, na sua estratégia analítica, das pesquisas iniciadas no GIS nos anos 60 do século XX. É também neste gerador que se inclui o CIES-ISCTE. As posições relativas do ICS-UL e do CIES-ISCTE, inverteram-se com o tempo. Embora atribua às duas um papel liderante no GSC, o CIES-ISCTE é hoje mais líder do que o ICS-UL porque tem uma equipa de investigação muito maior e muito mais produção científica, no que à sociologia diz respeito. Outras instituições predominantemente inseridas no GSC são o IS-FLUP e o CESNova. No gerador político-social (GPS) a liderança é assegurada exclusiva e incontestavelmente pelo CES-UC. Outra instituição localizável nesse gerador, em virtude das orientações seguidas pelos seus investigadores mais destacados, é o CICS-UM. Alguns investigadores individuais do CIES-ISCTE, do IS-FLUP ou do CESNova têm fortes afinidades com o GPS e, nessa medida, alargam a influência desse gerador para fora das suas fronteiras institucionais. Já o contrário não é tão verdade. Sem deixar de ter alguma diversidade interna, a instituição liderante do GPS é mais fechada e homogénea.

Antes de observarmos as outras características distintivas dos dois geradores, voltemos às estratégias analíticas que lhes dão o nome para justificar as designações escolhidas. Ambos bebem, embora com incorporações diferentes, os princípios teóricos gerais no pensamento sociológico clássico, especialmente nas obras dos três “pais fundadores”.

Os investigadores do GSC procuram linhas de explicação e interpretação sociológica articulando, num movimento de vai e vem, dimensões sociais e dimensões culturais dos objectos que estudam. Por exemplo, reportando práticas culturais, populares ou cultivadas, a contextos e perfis sociais específicos; buscando os enraizamentos sociais de valores e representações simbólicas; relacionando culturas e identidades com as características sociais dos seus portadores, sejam eles categorias etárias (por exemplo, os jovens), grupos profissionais ou populações minoritárias; articulando características socioeconómicas e traços culturais da pobreza; confrontando, nas cidades, culturas urbanas com

Quadro 5 – Dois geradores institucionais de investigação sociológica

Geradores	Gerador Sócio-Cultural (GSC)	Gerador Político-Social (GPS)
Características		
Instituições liderantes	CIES-ISCTE ICS-UL	CES-UC
Outras instituições	IS-FLUP CESNova	CICS-UM
Orientações epistemológicas e metodológicas	Racionalismo científico Articulação teoria /pesquisa empírica	Teoria crítica (pós-moderna) Articulação teoria / doutrina política
Estratégias analíticas substantivas	Articulação entre o social e o cultural	Articulação entre o político e o social
Orientações disciplinares	Função de comando da sociologia, sem excluir interdisciplinaridade	Função de comando da interdisciplinaridade, com a participação da sociologia
Principais referências teóricas internacionais	Pierre Bourdieu Anthony Giddens	Escola de Frankfurt Immanuel Wallerstein Ulrich Beck Estudos culturais
Modos de internacionalização	Internacionalização dependente em espaços liderantes Sociedade portuguesa no contexto europeu	Internacionalização liderante em espaços dependentes Sociedade portuguesa no contexto da globalização
Padrões de citação científica nacional	Semi-abertos	Fechados

tecidos sócio-institucionais particulares. Outros exemplos poderiam invocar-se. Uma segunda estratégia analítica do GSC é a articulação do social com o social, relacionando, nos dois sentidos, as dimensões mais estruturais e mais praxeológicas da vida social nos seus vários domínios, como a família, a escola, a cidade ou a empresa.

Os fenómenos políticos em geral, por sua vez, recebem muito mais atenção dos investigadores do GPS. Em dois sentidos. Primeiro porque constituem os mais variados fenómenos de ordem política – estado, relações entre estados e regiões mundiais, políticas públicas em geral, poder local, movimentos sociais, sindicatos – em objectos de investigação sociológica. Em segundo lugar, porque essa articulação entre o político e o social se faz como um caminho do político para o social, isto é, com uma intenção política. Pretendem colocar o conhecimento sociológico ao serviço de objectivos e projectos de transformação política da sociedade, contribuindo para elucidar as respectivas vias de concretização, começando pela própria ciência que entendem estar num processo de transição paradigmática. A sociologia do GPS tem, por isso, uma forte carga de doutrina política, particularmente visível em alguns dos trabalhos de referência de Boaventura de Sousa Santos.

Ilustrações empíricas abundantes destas duas estratégias analíticas encontram-se nos títulos e subtítulos dos trabalhos publicados pelos sociólogos

de cada um dos geradores. O trabalho substantivo fundador de Boaventura de Sousa Santos sobre a sociedade portuguesa intitula-se justamente “o estado e a sociedade”, por esta ordem, apontando esse caminho do político para o social. O mesmo se pode dizer dos outros trabalhos, desde logo a sua tese de doutoramento, onde o nosso autor parte das dimensões políticas e político-jurídicas da vida colectiva para chegar à explicação da estruturação social em geral⁵⁶.

Do lado do GSC, títulos ou subtítulos como “estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas”, “dinâmicas sociais das identidades culturais”, “culturas juvenis”, “classes sociais e valores”, “classes e culturas de classe”, entre muitos outros, ilustram o processo analítico que articula o social e o cultural, nos dois sentidos, dando-se maior ou menor primazia a um deles, conforme as orientações teóricas de cada autor⁵⁷. Estes títulos figuram em trabalhos feitos em datas diferentes, por vezes com vinte anos de intervalo ou mais, e no entanto a identidade científica está lá, o mesmo acontecendo do lado do GPS, se compararmos o trabalho a solo já citado de Boaventura de Sousa Santos com as grandes pesquisas posteriormente feitas pela equipa do CES-UC. A durabilidade dos dois geradores de investigação sociológica é evidente.

As duas estratégias analíticas referidas estão associadas a orientações epistemológicas e metodológicas (no sentido lato da palavra) díspares, e é neste plano que tem havido alguma controvérsia explícita entre geradores.

Do lado do GSC, defende-se o racionalismo científico e consequente ruptura com o senso comum, ruptura que é um trabalho permanente que a ciência continua a saber fazer e a dever fazer. A ciência moderna, com os seus limites, de que o “cientismo” será o melhor exemplo, permanece inteiramente válida enquanto modo de conhecimento cumulativo e com capacidade de auto-renovação. Para assegurar essa capacidade regeneradora José Madureira Pinto, por exemplo, propôs recentemente uma epistemologia reformista, ou seja, que a prática científica seja uma prática sociologicamente informada quanto à sua própria condição social, desempenhando aí a sociologia da ciência um papel fundamental (Pinto, 2007: 13-68). Defende-se, por outro lado, a articulação permanente entre teoria e pesquisa empírica como meio de fazer avançar por

⁵⁶ Intitulada *Law against Law: Legal Reasoning in Pasargada Law*, concluída em Yale, em 1973.

⁵⁷ Os trabalhos referidos são os seguintes: Boaventura de Sousa Santos, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Afrontamento, 1988; José Madureira Pinto, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto, Afrontamento, 1985; António Firmino da Costa, *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta, 1999; José Machado Pais, *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1993; João Ferreira de Almeida, Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa, “Classes sociais e valores em contexto europeu” in Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007; Virgílio Borges Pereira, *Modalidades de Estilização de Vida na Cidade do Porto: Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuenses*, Porto, Afrontamento, 2005.

autocorreção o conhecimento científico. Estes enunciados mais gerais sobre o conhecimento científico aplicam-se integralmente ao conhecimento sociológico.

Do lado do GPS, Boaventura de Sousa Santos propõe uma teoria crítica pós-moderna e um novo senso comum, que seja o resultado da ruptura com a ruptura com o senso comum característico do conhecimento científico. A ciência moderna é uma forma dominante de conhecimento (dir-se-ia de desconhecimento) que a teoria crítica visa superar. A ciência moderna é ocidental, capitalista e sexista, e ainda culpada de “epistemicídio”, uma vez que desvaloriza ou destrói todas as outras formas de conhecimento disponíveis no mundo.

Em consequência, mais do que a articulação entre teoria e pesquisa empírica, o que se quer no GPS é a articulação entre teoria e doutrina política ou, nas palavras dos próprios, a busca de um conhecimento-emancipação capaz de ver para além do que existe. A pesquisa empírica convencional, sobre aquilo que existe, que os investigadores do GPS também fazem regularmente, estará ao serviço, presume-se, desse objectivo. Recentemente, Boaventura de Sousa Santos condensou as suas propostas na noção de “epistemologia do Sul”, que procura recuperar esses outros saberes marginalizados pelo saber científico dominante⁵⁸.

É no plano epistemológico que, como disse, a controvérsia científica entre sociólogos do GSC e do GPS se tem feito ouvir. Quem a iniciou foi, sem dúvida, Boaventura de Sousa Santos, que logo desde os primeiros trabalhos neste âmbito (Santos, 1989) se demarcou explicitamente das orientações epistemológicas do GSC. Nos últimos anos, foi-se acentuando essa demarcação: a sociologia se não é crítica é funcionalista, quem não está do lado do conhecimento-emancipação está do lado do conhecimento-regulação. Num texto recente diz que a sociologia perdeu demasiado tempo com discussões teóricas estéreis, como a relação entre estrutura e acção ou entre análise macro e análise micro, quando a questão fundamental é a da relação entre acção conformista e acção rebelde (Santos, 2003: 21-22).

Quem respondeu, do lado do GSC, foi sobretudo José Madureira Pinto. Anteriormente já tinha deixado, aqui e ali, notas discretas de reacção a estas críticas. Mas em 2007, no texto em que propõe a já mencionada epistemologia reformista, interpela directamente o seu opositor. Diz José Madureira Pinto que a avaliação do conhecimento científico feita por Santos recorre a “fórmulas tão eloquentemente incisivas quanto dogmaticamente redutoras” e considera “absolutamente excessiva e inconsequente” a ideia do carácter ocidental, capitalista e sexista da ciência moderna. Diz ainda que Santos traça um quadro intelectual das ciências sociais ditas dominantes que pouco tem a ver com a situação real e remata: “talvez seja, aliás, a desatenção do autor relativamente aos notáveis aprofundamentos que se foram fazendo no domínio da reflexão sobre os

⁵⁸ Para o desenvolvimento completo das formulações aqui sintetizadas ver, nomeadamente, Santos (1999, 2001, 2008).

processos observacionais nas ciências sociais que o impede de, na sua própria prática de pesquisa, ultrapassar modelos de recolha e tratamento de informação algo convencionais” (Pinto, *op. cit.*: 13-17).

As orientações disciplinares dos dois geradores, mais exactamente o seu posicionamento perante a sociologia, são também diferentes. Importa não confundir, neste particular, as orientações disciplinares dos sociólogos com a composição disciplinar das instituições onde trabalham. As orientações aqui referidas são, em larga medida, independentes do contexto institucional onde se trabalha, seja ele mais monodisciplinar ou mais pluridisciplinar. Apesar de serem ambos geradores de investigação sociológica, não têm a mesma relação com a sociologia e, por essa via, com as outras disciplinas das ciências sociais.

Do lado do GSC, assumem-se plenamente os processos e os instrumentos de trabalho científico próprios da sociologia, embora com abertura à interdisciplinaridade. A função de comando é da sociologia e a identificação científica e profissional dos investigadores deste gerador com a disciplina é positiva e descomplexada.

No GPS a função de comando é da interdisciplinaridade. Não exclui a sociologia, mas considera-a insuficiente. É como se a sociologia fosse pequena para a ambição teórica e doutrinária revelada. Aliás, a própria noção de disciplina parece ser posta em causa a favor de uma pós-disciplinaridade, presentindo-se até alguns elementos de anti-disciplinaridade. A identificação científica dos sociólogos deste gerador com a sociologia padece de ambivalência permanente.

As disciplinas de relação preferencial nos dois geradores não são as mesmas. No caso do GSC podemos referir a antropologia, a história e mais recentemente a ciência política; no GPS o diálogo mais corrente é com o direito, a economia (na vertente institucionalista) ou os estudos literários. Porque o GSC tem mais identidade disciplinar, enfrenta mais “questões fronteiriças” como as mencionadas no ponto anterior a propósito das ciências da educação, da ciência política e das ciências da comunicação. O GPS, porque tem uma identidade disciplinar mais fluida, tem menos problemas de fronteiras, mas é mais rígido e exclusivo em termos paradigmáticos.

No que se refere a orientações teóricas, as diferenças desenham-se, como seria de esperar, em concordância geral com as orientações epistemológicas e disciplinares. Do lado do GSC podemos sem dificuldade indicar os nomes de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens como referências amplamente partilhadas e usadas, embora com gradações de adesão. O primeiro é uma referência desde os anos do GIS e continua a sê-la hoje; o segundo tem influência crescente desde há dez ou quinze anos. Uma análise elementar das bibliografias dos trabalhos do GSC permite verificar como os dois autores têm uma presença “institucionalizada”.⁵⁹

⁵⁹ A importância de Pierre Bourdieu na sociologia portuguesa foi consagrada num grande colóquio internacional sobre o autor organizado pelo IS-FLUP, em 2004. Os resultados desse colóquio estão reunidos em José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (orgs.), *Pierre Bourdieu. A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, Porto, Afrontamento, 2007.

Do lado do GPS, são óbvias e recorrentes as referências aos autores da escola de Frankfurt, os inventores “originais” da teoria crítica, e também a Immanuel Wallerstein, numa certa fase, a propósito da teoria do sistema-mundo e dos conceitos de semi-periferia e de sociedade semi-periférica. Em anos mais recentes, o recurso a autores dos estudos culturais e dos estudos feministas tornou-se frequente e, dentro da sociologia, tem-se dado importância aos trabalhos de Ulrich Beck. A sociologia de Pierre Bourdieu, apesar da orientação crítica que ele sempre conferiu aos seus trabalhos, tem, surpreendentemente, uma utilização residual neste gerador e a de Giddens, sendo um pouco menos rara, está longe de ser central⁶⁰.

Relativamente aos modos de internacionalização dos dois geradores, interessa retomar a distinção feita anteriormente entre internacionalização dos sujeitos (os investigadores, as equipas de investigação, as unidades científicas) e internacionalização dos objectos, isto é, dos temas e terrenos de pesquisa. No que respeita à internacionalização dos sujeitos, o caminho percorrido pelos sociólogos do GSC é de uma internacionalização dependente em espaços liderantes, enquanto a dos sociólogos do GSP é uma internacionalização liderante em espaços dependentes.

Os sociólogos do GSC internacionalizam-se, sobretudo, como parceiros em projectos liderados por investigadores e equipas dos países centrais da Europa. Assumem, portanto, uma posição dependente dentro de um dos espaços liderantes da sociologia mundial. Mais raramente, lideram eles próprios projectos de investigação europeus. Este modo de internacionalização passa essencialmente pelos projectos financiados pela União Europeia ou pelos grandes consórcios internacionais como o European Social Survey, entre outros.

Os sociólogos do GSP, sem deixarem de participar em projectos na Europa, buscam um modo de internacionalização alternativo, mais condizente com a já referida “epistemologia do Sul”, que consiste em liderar projectos de investigação em países periféricos do campo sociológico mundial, seja na América Latina, em África ou na Ásia. Destacam-se os muitos projectos dirigidos por Boaventura de Sousa Santos, desde há muitos anos, em países como Moçambique, Angola, Brasil, Colômbia, projectos que já deram origem a uma bibliografia volumosa⁶¹. Este modo de internacionalização é quase inexistente no GSC.

⁶⁰ Ilustrativa do lugar (não) reservado a estes dois autores no GPS é a declaração de combate feita por um dos sociólogos desse gerador: “Gostaria que a linguagem utilizada na produção sociológica portuguesa fosse menos esotérica e espartilhada em quadros teóricos rígidos (sobretudo os de Pierre Bourdieu e de Anthony Giddens). Há necessidade de fazer explodir estes dois paradigmas hegemónicos e acabar com a hermenêutica da suspeição” (Mendes, 2002).

⁶¹ Ver, por exemplo, a colecção “Reinventar a emancipação social: Para novos manifestos” publicada pela Afrontamento, desde 2003, dirigida por Boaventura de Sousa Santos, que conta com cinco volumes, todos dirigidos pelo próprio.

Quanto à internacionalização dos objectos, os temas e terrenos preferenciais dos sociólogos do GSC são a Europa e a europeização de Portugal. Os temas e terrenos de eleição dos sociólogos do GSP são a globalização e o lugar nela ocupado pela sociedade portuguesa. No GSP desde sempre se vê mais a sociedade portuguesa “de fora”, primeiro através da teoria do sistema-mundo e do conceito de sociedade semiperiférica, de Wallerstein, mais recentemente através do conceito de globalização, que Boaventura Sousa Santos teoriza distinguindo uma globalização hegemónica e uma globalização contra-hegemónica. No GSC o olhar de fora é mais recente e essencialmente europeu.⁶²

A última característica que diferencia os dois geradores institucionais de investigação sociológica é a dos padrões de citação da produção sociológica nacional. Segui a sugestão feita há alguns anos por José Madureira Pinto, que convidava os sociólogos portugueses “a não prescindirem do exercício auto-reflexivo, tão elementar quão revelador e edificante, de contabilização e análise de conteúdo das citações e modos de citar com que se referem – ou combativamente não se referem – ao trabalho dos pares” (Pinto, 2004: 21).

Não me tendo sido possível uma análise extensiva dos padrões de citação, nomeadamente dos modos de citar, ative-me ao exercício mais simples de das referências bibliográficas cruzadas entre sociólogos dos principais centros de investigação em algumas obras de referência da sociologia portuguesa (Quadros 6 e 7). Ainda assim os resultados são, de facto, reveladores e edificantes.

As obras seleccionadas são emblemáticas porque apresentam balanços extensivos da produção sociológica portuguesa e também pelas datas de publicação, que se estendem por um período longo que vai de 1993 a 2007. São elas: *Portugal, um Retrato Singular*, organizada por Boaventura de Sousa Santos (CES-UC), em 1993; *A Situação Social em Portugal*, organizada, em dois volumes, por António Barreto (ICS-UL), em 1996 e 2000; *Portugal, que Modernidade?*, organizada por José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (CIES-ISCTE), em 1998; *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*, organizada por Boaventura de Sousa Santos (CES-UC), em 2001; e *Portugal no Contexto Europeu*, trilogia organizada por investigadores do CIES-ISCTE, em 2007⁶³.

⁶² Para uma análise das virtudes e possíveis efeitos perversos da internacionalização no espaço europeu ver Pinto (2007: 97-98). Para uma proposta de internacionalização alternativa, de sujeitos e objectos, na linha das orientações epistemológicas do GPS, ver Fortuna (2008).

⁶³ O livro *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, dirigido por Boaventura de Sousa Santos, é o primeiro de oito volumes de uma obra que tem o título genérico *A Sociedade Portuguesa perante os Desafios da Globalização*. Só foram contadas referências bibliográficas desse volume, que apresenta a obra. Os volumes da trilogia elaborada no CIES-ISCTE têm os seguintes organizadores e títulos: José Manuel Viegas, Helena Carreiras e Andrés Malamud, *Instituições e Política* (volume 1); António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila, *Sociedade e Conhecimento* (volume 2); Maria das Dores Guerreiro, Anália Cardoso Torres e Luís Capucha, *Quotidiano e Qualidade de Vida* (volume 3).

Fiz uma dupla contabilidade: primeiro, a dos sociólogos em geral das quatro unidades de investigação mais importantes (ICS-UL, CES-UC, CIES-ISCTE e IS-FLUP) citados em cada uma dessas obras; depois, a das citações de cinco sociólogos em particular, todos eles da geração fundadora da sociologia portuguesa, consensualmente considerados como referências da disciplina em Portugal: Adérito Sedas Nunes, Manuel Villaverde Cabral, Boaventura de Sousa Santos, José Madureira Pinto e João Ferreira de Almeida).

Quadro 6 – Práticas de citação cruzada em obras emblemáticas da sociologia portuguesa (% em linha)

	Referências de autores do ICS-UL	Referências de autores do CES-UC	Referências de autores do CIES-ISCTE	Referências de autores do IS-FLUP	Total de referências
B. S. Santos (org.), <i>Portugal: Um Retrato Singular</i> , 1993	8 (7,6)	92 (87,6)	4 (3,8)	1 (1,0)	105 (100,0)
A. Barreto (org.), <i>A Situação Social em Portugal</i> , 2 volumes, 1996 e 2000	46 (82,1)	2 (3,6)	8 (14,3)	0 (0,0)	56 (100,0)
J. M. Viegas e A. F. da Costa (orgs.), <i>Portugal, que Modernidade?</i> , 1998	77 (24,1)	31 (9,7)	180 (56,4)	31 (9,7)	319 * (100,0)
B. S. Santos (org.), <i>Globalização: Fatalidade ou Utopia?</i> , 2001	8 (4,5)	149 (84,6)	11 (6,3)	8 ** (4,5)	176 (100,0)
AA. VV., <i>Portugal no Contexto Europeu</i> (3 volumes), 2007	68 (19,4)	17 (4,9)	250 (71,4)	15 (4,3)	350 (100,0)

* Dois capítulos, em particular, têm um número excepcionalmente elevado de referências bibliográficas ** Sete referências no mesmo capítulo

Quadro 7 – Citação de sociólogos portugueses de referência em obras emblemáticas da sociologia portuguesa

	Adérito Sedas Nunes		Manuel Villaverde Cabral		Boaventura de Sousa Santos		José Madureira Pinto		João Ferreira de Almeida	
	Capítulos em que é referido	Nº de ref. bib.	Capítulos em que é referido	Nº de ref. bib.	Capítulos em que é referido	Nº de ref. bib.	Capítulos em que é referido	Nº de ref. bib.	Capítulos em que é referido	Nº de ref. bib.
B. S. Santos (org.), <i>Portugal: Um Retrato Singular</i> , 1993.	0 em 18	0	2 em 18	3	16 em 18	38	1 em 18	1	1 em 18	1
A. Barreto (org.), <i>A Situação Social em Portugal (1960-1995)</i> , 1996 e 2000	3 em 15	4	0 em 15	0	1 em 15	1	0 em 15	0	2 em 15	2
J. M. Viegas e A. F. da Costa (orgs.), <i>Portugal, que Modernidade?</i> , 1998.	0 em 11	0	5 em 11	8	4 em 11	11	2 em 11	8	6 em 11	19
B. S. Santos (org.), <i>Globalização: Fatalidade ou Utopia?</i> , 2001.	0 em 14	0	0 em 14	0	13 em 14	67	2 em 14	2	1 em 14	1
AA. VV., <i>Portugal no Contexto Europeu</i> (3 volumes), 2007	3 em 29	2	6 em 29	8	4 em 29	5	1 em 29	2	9 em 29	18

Os números mostram que os sociólogos que dirigiram e participaram nessas obras colectivas adoptaram práticas de citação muito diferentes. E porque essas obras são produtos particularmente representativos do trabalho científico feito nas instituições que as produziram, podemos inferir que se trata de práticas de citação sedimentadas nos dois geradores de investigação sociológica, o que seria provavelmente confirmado se submetêssemos a idêntica análise teses de doutoramento ou outros trabalhos de fundo.

Vejam, em primeiro lugar, os dois volumes dirigidos por António Barreto (ICS-UL). É uma obra anómala. Por ignorar a vasta bibliografia sobre a sociedade portuguesa que estava disponível quando foi escrita, representa um caso de má prática científica. Não admira assim que tenha o mais pequeno total de referências bibliográficas entre as cinco obras em análise e que essas referências sejam quase todas de sociólogos da mesma instituição do autor. Tirando essas, há algumas

referências de investigadores do CIES-ISCTE, estando as de autores do CES-UC e do IS-FLUP praticamente ausentes. É uma obra anómala ainda por uma segunda razão, da mesma ordem: os investigadores do ICS-UL citados, além do próprio Barreto, são também poucos e pertencem a um núcleo antigo, pequeno e fechado, o que significa que deixou de lado autores e trabalhos mais recentes.

Mas, à parte este caso insólito, o que os resultados dos Quadros 6 e 7 mostram de mais importante é o contraste vincado entre os padrões de citação seguidos pelas equipas do CIES-ISCTE e do CES-UC, as instituições mais representativas do GSC e do GSP, respectivamente. A prática de citação do GSP é claramente fechada e auto-centrada. A do GSC é mais aberta e virada para fora, mas porque a auto-citação é ainda assim maioritária e aumenta entre 1998 e 2007, classifiquei-a como “semi-aberta”.

De facto, seja em *Portugal, Um Retrato Singular* (1993) ou em *Globalização: Fatalidade ou Utopia* (2001), a maioria esmagadora das citações feitas é de autores do próprio CES-UC, respectivamente 88% e 85%, percentagens calculadas sobre o total de citações de investigadores dos quatro centros seleccionados. Do CIES-ISCTE e do ICS-UL ainda são mencionados alguns, mas os do IS-FLUP são praticamente esquecidos. Na segunda destas obras há, é verdade, mais referências a autores do IS-FLUP, mas são quase todas feitas no mesmo capítulo, por sinal um capítulo que conta com a co-autoria de um investigador desse centro.

Já no caso de *Portugal, que Modernidade?* (1998) e de *Portugal no Contexto Europeu* (2007), as referências a autores da casa são proporcionalmente menos. A primeira destas obras tem, de resto, um padrão de citações bastante aberto. As referências a autores de outros centros de investigação representam 44% do total, destacando-se os do ICS-UL, mas não deixando os do CES-UC e os do IS-FLUP de ter presença expressiva. Na segunda obra há uma alteração do padrão, não qualitativa, mas quantitativa, uma vez que a auto-citação aumenta para 71%, continuando os sociólogos do ICS-UL a serem os mais citados de fora.

O padrão de citação do GPS torna-se ainda mais fechado e auto-centrado quando contamos as referências bibliográficas dos cinco sociólogos de referência indicados. A omnipresença e intensidade de citação de Boaventura de Sousa Santos não têm termo de comparação com qualquer dos outros quatro autores, em qualquer das cinco obras. Em *Portugal, Um Retrato Singular* ele é citado 38 vezes em 16 dos 18 capítulos e em *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* é citado 67 vezes em 13 dos 14 capítulos. Manuel Villaverde Cabral, José Madureira Pinto ou João Ferreira de Almeida são citados apenas uma ou duas vezes e Adérito Sedas Nunes nunca chega a sê-lo.

Nas obras do CIES-ISCTE (GSC) não há essa concentração individual de citações. *Portugal, que Modernidade?* confirma-se como um trabalho com práticas de citação abertas e plurais. João Ferreira de Almeida, investigador do centro, é individualmente o mais citado (19 vezes), mas as citações dos outros autores, tomadas no seu conjunto, e apesar de não haver referências a Sedas

Nunes, são mais numerosas (27 citações). Em *Portugal no Contexto Europeu* o padrão de citação fecha-se um pouco, mas mesmo assim as referências aos autores de fora, incluindo agora Sedas Nunes, são quase tantas quantas as do autor da casa (17 contra 18 citações).

Que conclusões se podem tirar destes resultados? O convite à análise das práticas de citação endereçado por José Madureira Pinto aos sociólogos portugueses, que aqui concretizei, é feito num contexto em que o autor se mostra preocupado com o que diz ser uma tendência emergente de fragmentação em “escolas” da sociologia portuguesa. Se a tendência se acentuar, diz Pinto, “porá necessariamente em risco e processo de acumulação e o controlo cruzado de conhecimentos sobre a realidade social portuguesa” (Pinto, 2007: 89). Direi que o indicador é pequeno para tirar tão grande conclusão. É um indicador significativo, mas não definitivo. Os números revelam, de facto, práticas de “não citação combativa” (para usar uma expressão do autor) e mostram onde elas se localizam. Mas não podemos esquecer que no campo sociológico continuam activos importantes factores de integração, que ajudarão a neutralizar o efeito fragmentador dessas práticas. Pense-se no vigoroso associativismo científico dos sociólogos portugueses e nas múltiplas instâncias de avaliação científica cruzada onde eles continuam a encontrar-se (júris académicos, avaliação de candidaturas a financiamentos públicos, etc.).

A identificação dos geradores sócio-cultural e político-social e a sua análise comparativa, tal como foi feita, não esgotam de forma nenhuma, o campo dos observáveis nem as formas de observar a investigação sociológica em Portugal. É apenas uma proposta analítica que procura contribuir para uma sociologia da sociologia portuguesa, partindo do pressuposto de que ela ganhará sempre se for capaz de auto-análise.

Para dar só um exemplo, há um sector particular da investigação sociológica em Portugal que não fica explicitamente retratado nas páginas precedentes. É um sector que, se se tivesse consolidado mais, na sua própria instituição de origem e fora dela, constituiria por direito próprio um terceiro gerador, que qualificaria de “sócio-histórico”. A sua instituição liderante seria o CESNova, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, secundado por uma parte dos investigadores do ICS-UL. A marca histórica deixada por Vitorino Magalhães Godinho no Departamento de Sociologia daquela universidade inscreveu-se visivelmente, através de mais do que uma geração, no trabalho dos seus docentes e investigadores, hoje agregados no CESNova.

Parece ser a essa influência primordial que devemos reportar o facto de as teses de doutoramento de sociólogos que trabalham em domínios de investigação diferentes terem em comum a atribuição aos seus objectos de um recuo histórico que não se encontra no trabalho dos sociólogos do CIES-ISCTE, CES-UC ou IS-FLUP. Investigadores como Sérgio Grácio e David Justino, de uma geração mais antiga, ou Rui Santos, Luís Batista e José Manuel Resende, da geração seguinte,

todos fizeram essa abordagem sócio-histórica dos seus temas de doutoramento⁶⁴. Só no ICS-UL podemos encontrar, no passado, exemplos semelhantes de objectos sociológicos construídos “historicamente”.⁶⁵ Mas este estilo de sociologia apresenta-se hoje em declínio, por falta de continuadores.

Notas finais

A investigação sociológica em Portugal, como qualquer outro sistema institucionalizado de práticas sociais, é uma realidade em movimento. Esse movimento é multideterminado, de dentro e de fora. Factores com as políticas científicas e de financiamento da investigação, as encomendas públicas e privadas de trabalho sociológico, a competição científica entre instituições ou grupos de instituições (geradores), as disponibilidades teóricas e metodológicas, a influência da sociologia internacional, sob a forma de correntes, autores e temas de pesquisa ou ainda a relação com outras ciências sociais, exercem o seu impacto em combinações complexas. Dito por outras palavras, as condições sociais e as condições teóricas da produção científica moldam as agendas de investigação dos sociólogos portugueses.

Neste contexto, há três questões que queria deixar brevemente apontadas, questões a que correspondem outras tantas controvérsias potenciais entre geradores e mesmo no interior de cada um deles. São elas a interdisciplinaridade, a relação da sociologia e dos sociólogos com as encomendas de trabalho que lhes são dirigidas e com quem lhas dirige, e a relação da sociologia e dos sociólogos com os media.

A valorização da interdisciplinaridade e os apelos à sua prática acompanham a sociologia portuguesa desde a primeira hora. Faz parte desde sempre do discurso oficial da sua instituição mais representativa, a Associação Portuguesa de Sociologia. Nas costumeiras comunicações de abertura dos Congressos feitas pelos Presidentes em exercício, sempre se refere a interdisciplinaridade como marca genética da sociologia portuguesa, que é preciso não perder, declaração que é reiterada em muitos outros lugares. Vimos também que essa marca é incorporada de forma muito particular pelos sociólogos do gerador político-

⁶⁴ Eis os títulos e datas das teses, todas defendidas na Universidade Nova de Lisboa: Sérgio Grácio, *Destinos do Ensino Técnico em Portugal (1910-1990)*, 1993; David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional: Portugal, 1810-1913*, 1987; Rui Santos, *Celeiro de Portugal Algum Dia: Crescimento e Crises Agrárias na Região de Évora (1595-1850)*, 1996; Luís Baptista, *A Cidade em Reinvenção. Crescimento Urbano e Emergência das Políticas Sociais de Habitação, Lisboa, Século XX*, 1997; José Manuel Resende, *O Engrandecimento de uma Profissão: Professores do Ensino Secundário Público no Estado Novo*, 2001;

⁶⁵ É o caso das teses de doutoramento de Maria Filomena Mónica, Maria de Lourdes Lima dos Santos e Eduarda Cruzeiro, esta última sobre a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no Século XIX.

social, que não poucas vezes a transmutam numa contra-disciplinaridade de que a sociologia é um dos alvos.

É uma questão que merece ela própria investigação sociológica empiricamente sustentada, tendo presente o estado actual e as tendências em desenvolvimento no campo das ciências sociais e da sociologia, a nível internacional e nacional. Uma das perguntas a que seria interessante responder é se a tão falada interdisciplinaridade é só um discurso, se é uma cultura científico-profissional partilhada pelos sociólogos em geral e, mais importante ainda, se é uma prática efectiva e que contornos ela tem.

Diria, por outro lado, que a insistência na interdisciplinaridade tem algo de necessidade feita virtude. Entre os que mais insistem nela estão alguns dos fundadores da disciplina em Portugal, e mesmo sociólogos da geração seguinte, que não têm formação de base em sociologia. Os que têm uma formação completa na disciplina, isto é, graduada e pós-graduada, apelam menos insistentemente a essa orientação para o trabalho com outras disciplinas, o que não deixa de ser revelador.

Acrescentaria ainda que a insistência na interdisciplinaridade pode ter dois efeitos perversos. Um é o eventual desinvestimento na disciplinaridade, a exploração insuficiente dos recursos cognitivos de que a sociologia dispõe e que são reconhecidamente muito amplos, ou até a sua desvalorização expressa. A prática da interdisciplinaridade pressupõe que se tenha algo a dar e não só a receber e que se acredita no valor do que se dá. O outro efeito perverso é o de alguma candura perante um campo científico competitivo onde nem sempre se encontra a mesma disponibilidade relacional que muitos manifestam do lado da sociologia. Seria interessante, aliás, fazer o exercício comparativo com outras ciências, sociais e não só, para ver se o apelo permanente que tantos sociólogos fazem à interdisciplinaridade se faz em sentido inverso noutras disciplinas.

Relativamente à pesquisa sociológica por encomenda, de entidades públicas ou privadas, têm-se avolumado as advertências quanto aos riscos de perda de autonomia, de identificação acrítica do sociólogo com os objectivos do cliente, de desinvestimento na construção teórica adequada do objecto de pesquisa, de resvalamento para uma sociologia empirista de procedimentos metodológicos convencionais de resposta rápida (Fernandes, 2004; Pinto, 2007: 88, 93-94; Silva, 2007: 139-140). Tais advertências já vêm de longe, pelo menos desde que João Ferreira de Almeida nos alertou para o “síndrome de Zelig” na pesquisa sociológica, ou seja, o risco, à imagem do que fazia o personagem homónimo do filme de Woody Allen, de o sociólogo querer a todo o custo identificar-se com os desejos que atribui ao encomendante, o que transformaria a pesquisa encomendada em mera justificação da encomenda (Almeida, 1992).

Diria, se me juntasse a esta linha de argumentação, que os observatórios sociológicos que se têm vindo a constituir com financiamento público, porque maximizam a lógica da encomenda, maximizarão também todos os riscos

referidos. E é verdade que, se por essa via, se consagra institucionalmente a relevância da investigação de certos temas, há o risco de tornar outros irrelevantes, sem o serem de facto.

Mas esta argumentação parece subestimar as capacidades deontológicas, científicas e profissionais de uma sociologia que atingiu uma fase de institucionalização avançada. Uma das características desta fase, como se pode ver noutras disciplinas que a atingiram mais cedo, é justamente a realização de pesquisa aplicada e de consultoria científica, a pedido das mais variadas entidades, públicas e privadas. Não parece ser outra, de resto, a posição do próprio José Madureira Pinto quando já há muito tempo criticava a ausência sistemática da sociologia de projectos de pesquisa aplicada de outros domínios do saber (Pinto, 1992).

Tendo a sociologia atingido essa fase de institucionalização avançada não é de esperar que tenha também uma profissionalidade avançada, isto é, a capacidade de enfrentar com conhecimento pericial e autonomia profissional, as mais diversas solicitações de uma sociedade complexa? Tendo a sociologia portuguesa e os sociólogos fundadores lutado, tão arduamente por vezes, pelo reconhecimento político e universitário, e tendo-o atingido tão plenamente, será agora de virar costas ao mundo e bater em retirada? Se a sociologia foi capaz de nascer e viver a primeira institucionalização em condições de privação de liberdade, política e científica, não será capaz de viver a institucionalização avançada em condições de democracia, democracia que procura os seus serviços? Não consta que outras sociologias nacionais, mais antigas, mais cedo institucionalizadas e mais familiarizadas com um regime político democrático que as interpela, tenham perdido a capacidade crítica e a autonomia profissional. Não é afinal dessas sociologias nacionais que continuam a chegar as teorias e os autores seguidos pelos mais críticos dos sociólogos nacionais?

Por fim, a questão da presença da sociologia e dos sociólogos nos media. Ela é hoje frequente e multiforme. Há colunas de opinião semanais em jornais e revistas; debates televisivos de grande audiência com a participação destacada de sociólogos; reportagens de encontros científicos com impacto público; notícias desenvolvidas sobre resultados de projectos de investigação; entrevistas e pedidos de comentário a propósito de todo o tipo de fenómenos sociais, dos mais relevantes aos mais banais; textos de divulgação científica em jornais de distribuição gratuita.

Em contraste com essa presença crescente, aqueles que a têm comentado mostram-se reservados ou até receosos dos seus efeitos. Há quem alerte para os riscos de os sociólogos aparecerem como “especialistas de ideias gerais” e para a “tentação de oferecer aos meios de comunicação social meros palpites” (Almeida, 1988: 469). Há quem confesse a sua dificuldade em enfrentar as condições de enunciação particulares que os media impõem e que são tão diferentes das que se tem no ensino e na investigação universitários (Pinto, 2000).

Num texto em que identifica e relaciona entre si vários modos de produção de saberes sobre o social – o “mitológico-profético”, o “político-mediático”, o das “ciências sociais” e o do “senso comum” – é ainda José Madureira Pinto quem sustenta que as relações entre as ciências sociais e os media podem ser negativas. Refere em particular o risco, que o aumento da receptividade mediática pode agravar, de os cientistas sociais irem acriticamente atrás da agenda jornalística. Mais tarde volta de novo ao tema e diz que os sociólogos podem deixar-se influenciar, na própria definição da sua agenda de investigação, pelo modo dramatizado de construção mediática de “problemas sociais” (Pinto, 1996, 2007: 98-100).

Tudo isto é certo. Mas fica a pergunta: quer (e pode) a sociologia, numa sociedade altamente mediatizada, ficar fora da mediatização quando, além do mais, tanto procurou e continua a procurar o reconhecimento público?

Referências bibliográficas

- Almeida, Ana Nunes de (1996), “Desafios para a mudança: actores, práticas e processos sociais” (Discurso de abertura do 3.º Congresso Português de Sociologia), *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, pp. 105-112.
- Almeida, João Ferreira de (1988), “Discurso de abertura do 1º Congresso Português de Sociologia”, *Análise Social*, n.º 100, pp. 467-474.
- Almeida, João Ferreira de (1992), “Trabalhar em Sociologia, ensinar Sociologia”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, pp. 187-199.
- Beck, Ulrich (2007), “La condition cosmopolite et le piège du nationalisme méthodologique”, in Michel Wieviorka (dir.), *Les Sciences Sociales en Mutation*, Auxerre, Éditions Sciences Humaines, pp. 223-248.
- Berthelot, Jean-Michel (1991), *La Construction de la Sociologie*, Paris, PUF.
- Bourdieu, Pierre (1984), *Homo Academicus*, Paris, Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1989), *La Noblesse D'État. Grandes Écoles et Esprit de Corps*, Paris, Minuit.
- Bourdieu, Pierre (2001), *Science de la Science et Réflexivité*, Paris, Raisons d'Agir.
- Bourdieu, Pierre (2004), *Esquisse pour une Auto-analyse*, Paris, Raisons d'Agir.
- Cabral, Manuel Villaverde (1993), “Desenvolvimento, sociologia do desenvolvimento e desenvolvimento da sociologia”, em AA. VV, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2º Congresso Português de Sociologia, Volume I), Lisboa, Fragmentos, pp. 80-86.
- Casanova, José Luís (1996), “Campo sociológico e publicação – a revista Sociologia, Problemas e Práticas (1986-1996)”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, pp. 131-168.
- Coser, Lewis (1971), *Masters of Sociological Thought. Ideias in Historical and Social Context*, Nova Iorque, Chicago e São Francisco, Harcourt Brace Jovanovitch.
- Costa, António Firmino da (1988), “Cultura profissional dos sociólogos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5, pp. 107-124.
- Cruz, Manuel Braga da (1983), *Para a História da Sociologia Académica em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Cuin, Charles-Henri, e François Gresle (1995), *História da Sociologia*, Lisboa, D. Quixote.
- Delicado, Ana (2008), “Do tubo de ensaio à Nature: a ciência e a globalização”, in Renato Miguel do Carmo, Daniel Melo e Ruy Llera Blanes (coords), *A Globalização no Divã*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 217-233.

- Dias, Isabel (2006), “A sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto”, *Sociologia*, 16, pp. 9-13.
- Dortier, Jean-François (2005), *Une Histoire des Sciences Humaines*, Auxerre, Éditions Sciences Humaines.
- Fernandes, António Teixeira (1996), “O conhecimento científico-social: elementos para a análise do seu processo em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, pp. 9-41.
- Fernandes, António Teixeira (2004), “Ensino, investigação e profissionalização”, em Carlos Manuel Gonçalves, Eduardo Rodrigues e Natália Azevedo (coords.), *Sociologia no Ensino Superior: Conteúdos, Práticas Pedagógicas e Investigação*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 79-92.
- Ferreira, Nuno Estêvão (2006), *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Fortuna (2002), Carlos, “Discurso de abertura do 4º Congresso Português de Sociologia”, em AA. VV, *Sociedade Portuguesa, Passados Recentes, Futuros Próximos*, (Actas do IV Congresso Português de Sociologia, CD-ROM), Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.
- Fortuna, Carlos (2008), “A internacionalização da Sociologia: notas sobre a globalização e a disciplina sociológica”, em Anália Torres e Luís Baptista (orgs.), *Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção*, Porto, Afrontamento, pp. 83-94.
- Freire, João (2007), *Pessoa Comum no Seu Tempo. Memórias de um Médio-Burguês de Lisboa na Segunda Metade do Século XX*, Porto, Afrontamento.
- Gans, Herbert (ed.) (1990), *Sociology in America*, Newbury Park, Califórnia, Sage.
- Godinho, Manuel Mira, Sandro Mendonça e Tiago Santos Pereira (2007), “Investigação e inovação em Portugal: ciência e tecnologia e conhecimento através dos indicadores” em Isabel Salavisa Lança, Walter Rodrigues e Sandro Mendonça (orgs), *Inovação e Globalização. Estratégias para o Desenvolvimento Económico e Territorial*, Porto, Campo das Letras, pp. 351-381.
- Gomes, Adelino (2005), “A JUC, o jornal Encontro e os primeiros inquéritos à juventude universitária: contributos para a história das modernas ciências sociais em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, pp. 95-115.
- Gonçalves, Carlos Manuel, Eduardo Rodrigues e Natália Azevedo (coord.) (2004), *Sociologia no Ensino Superior: Conteúdos, Práticas Pedagógicas e Investigação*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Gouldner, Alvin (1970), *The Coming Crisis of Western Sociology*, Nova Iorque.
- Hawthorn, Geoffrey (1976), *Enlightenment and Despair. A History of Sociology*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Heilbron, Johan (2008), “Qu’est-ce qu’une tradition nationale en sciences sociales?”, *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, 18, pp.3-16.
- Herpin, Nicolas (1982), *A Sociologia Americana. Escolas, Problemáticas e Práticas*, Porto, Afrontamento.
- Hespanha, Pedro (1996), *Os Custos e os Benefícios da Institucionalização Tardia da Sociologia em Portugal*, Oficina do CES, 78, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- Lobo, Cristina (1996), “Os congressos de sociologia em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, pp. 113-130.
- Lopes, João Teixeira (2006), “A investigação sociológica no Porto: origens e encruzilhadas para o futuro”, *Sociologia*, 16, pp. 15-24.
- Machado, Fernando Luís (1996), “Profissionalização dos sociólogos em Portugal: factores, recomposições e implicações”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, pp. 43-103.
- Mendes, José Manuel (2002), “Silêncios, esquecimentos e novos temas da sociologia em Portugal”, em AA. VV, *Sociedade Portuguesa, Passados Recentes, Futuros Próximos* (Actas do IV Congresso Português de Sociologia, CD-ROM), Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.
- Mills, Charles Wright (1959), *The Sociological Imagination*, Oxford, Oxford University Press.
- Nunes, Adérito Sedas (1971), *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Presença e Gabinete de Investigações Sociais.

- Nunes, Adérito Sedas (1988), “Histórias, uma história e a História – sobre a origem das modernas ciências sociais em Portugal”, *Análise Social*, 100, pp. 11-55.
- Oberschall, Anthony (ed.) (1972), *The Establishment of Empirical Sociology. Studies in Continuity, Discontinuity and Institutionalization*, Nova Iorque, Harper and Row.
- Pinto, José Madureira (1992), “Discurso de abertura do 2º Congresso Português de Sociologia”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 11, pp. 181-188.
- Pinto, José Madureira (1994), *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento.
- Pinto, José Madureira (1996), “Tópicos para uma análise da produção de saberes sobre o social”, em AA.VV., *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Pinto, José Madureira (2000), “O poder dos media”, em AA.VV., *Práticas e Processos de Mudança Social*, Actas do III Congresso Português de Sociologia, Oeiras, Celta (edição em CD-ROM)
- Pinto, José Madureira (2004), “Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 11-31.
- Pinto, José Madureira (2007), *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*, Porto, Afrontamento.
- Resende, José Manuel, e Maria Manuel Vieira (1993), “A sociologia e o ensino superior em Portugal: um levantamento e algumas interrogações”, *Cadernos de Ciências Sociais*, 12/13, pp. 53-79.
- Santos, Boaventura de Sousa (1989), *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1999), “Porque é tão difícil construir uma teoria crítica?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, pp. 197-215.
- Santos Boaventura de Sousa (2001), *A Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência*, Porto, Afrontamento.
- Santos Boaventura de Sousa (org.) (2003), *Democratizar a Democracia: os Caminhos da Democracia Participativa*, Porto, Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2008), “A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, pp. 11-43.
- Silva, Augusto da (1996), “A sociologia em Évora”, *Economia e Sociologia*, 62, pp. 111-120.
- Silva, Augusto Santos (2006), *A Sociologia e o Debate Público. Estudos sobre a Relação entre Conhecer e Agir*, Porto, Afrontamento.
- Torres Anália (2008), “Discurso de abertura (do 5º Congresso Português de Sociologia)”, em Anália Torres e Luís Baptista (orgs.), *Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção*, Porto, Afrontamento, pp. 19-25.
- Turner, Stephen P., e Jonathan H. Turner (1990), *The Impossible Science. An Institutional Analysis of American Sociology*, Newbury Park, Califórnia, Sage.

Abstract:

Born in 1962 with the creation, by Adérito Sedas Nunes, of the Gabinete de Investigações Sociais (today, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), Portuguese sociology is almost 50 years old. In this text, these almost 50 years of sociological research in Portugal are taken as an object of sociological research and empirically interpreted. The text is divided in three parts. The first, without repeating the reconstitutions of the historic trajectory of the discipline made by others, brings new information and underlines fundamental aspects of the advanced institutionalisation of sociology in Portugal. In the second, the domains of research that have been explored by Portuguese sociologists are identified in detail, voids and declines are pointed out and the questions of the divisions that emerged in some of those domains with other social sciences are analysed. In the third part the dominant generators of sociological

research are described and compared: the socio-cultural generator and the political-social generator. We end by presenting an inventory of some controversies over the trajectory, the situation and the capacities of Portuguese sociology.

Résumé

Née en 1962 avec la création, par Adérito Sedas Nunes, du Gabinete de Investigações Sociais (aujourd'hui l'Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), la sociologie portugaise a presque 50 ans. Dans ce texte, ces presque 50 ans de recherche sociologique au Portugal sont pris comme objet de recherche sociologique et interprétés empiriquement. Le texte est divisé en trois parts. La première part, sans répéter les reconstitutions de la trajectoire historique de la discipline déjà faites par d'autres, donne nouvelle information et souligne des aspects fondamentaux de l'institutionnalisation avancée de la sociologie au Portugal. Dans la seconde, les domaines de recherche exploités par les sociologues portugais sont identifiés avec détail, les vides et les domaines en déclin sont signalés et les questions de division avec les autres sciences sociales sont analysées. Dans la troisième part, les générateurs dominants de recherche sociologique sont décrits et comparés: le générateur socioculturel et le générateur político-social. On termine avec la présentation d'un inventaire de quelques controverses sur la trajectoire, la situation et les capacités de la sociologie portugaise.